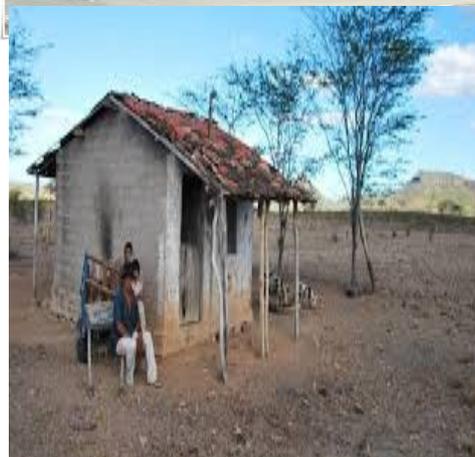




Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento – Conab

RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO 2012
Sureg/CE

Fortaleza/CE – 2013



Companhia Nacional de Abastecimento – Conab
SUREG CE

RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2012

Fortaleza/CE - 2013

Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB

ANTONIO EUSTÁQUIO ANDRADE FERREIRA
Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA

DIRETORIA COLEGIADA

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização
MARCELO DE ARAÚJO MELO

Diretor de Operações e Abastecimento
ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SÍLVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

FRANCISCO AGENOR PEREIRA
Superintendente Regional do Ceará – SUREG/CE

MARCELINO VIANA DA SILVA FILHO
Gerente Financeiro e Administrativo - GEFAD

ELIZEU LIMA SOUSA
Gerente de Desenvolvimento e Suporte Estratégico - GEDES

JOSE AFONSO CAVALCANTE
Gerente de Operações - GEOPE

Coordenado e Elaborado por:

REGINALDO MARTINS DE OLIVEIRA
JOÃO DE DEUS CARVALHO DE ALMEIDA
FRANCISCO ALDERICO DE SOUSA

**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento – Conab
SUREG CE**

RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63 de 1º de setembro de 2010, das DN TCU nº 119 de 18 de janeiro de 2012 e nº 121 de 13 de junho de 2012, da Portaria TCU nº 150 de 3 de julho de 2012 e Portaria CGU nº 133 de 18 de janeiro de 2013.

SUREG CE

Fortaleza - 2013

Sumário

Lista de Siglas.....	4
Lista de Quadros.....	5
Lista de Figuras.....	5
Introdução.....	6
1.1. Informações gerais sobre a UJ.....	8
1.2. Planejamento Estratégico e seus principais Macroprocessos.....	29
2. ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO.....	33
2.1. Análise sobre o Ambiente de Gestão.....	33
2.2. Análise sobre o Ambiente de Negócios.....	34
3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA.....	36
3.1. Análise das principais ações ligadas à compra e a subvenção.....	36
3.2. Análises dos Programas de Sustentação de Renda.....	36
3.2.5. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.....	36
3.3. Principais indicadores de desempenho.....	37
4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO.....	38
4.1. Análise das principais ações ligadas à venda.....	38
4.2. Análises das ações de Venda Direta de Produtos com subvenção e sem subvenção.....	38
4.2.1. Venda em Leilão Público.....	38
4.2.2. Venda em Balcão.....	39
4.2.3. Valor para Escoamento do Produto – VEP.....	39
5. ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO.....	42
5.1. Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – Prohort.....	42
5.2. Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – Refap.....	42
5.3. Principais indicadores de desempenho.....	43
6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	44
6.1. Armazenagem de Produtos Agrícolas.....	44
7. ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO.....	46
7.1. Análise sobre a situação dos armazéns utilizados pela Conab.....	46
7.2. Análise das ações de fiscalização de estoques públicos.....	50
7.3. Análise das ações de movimentação de estoques públicos.....	50
7.4. Principais indicadores de desempenho.....	51
8. GESTÃO TECNOLÓGICA.....	52
8.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.....	52
9. GESTÃO ESTRATÉGICA.....	53
9.1. Análise da implantação do Plano de Gestão Estratégica da Empresa.....	53
11. GESTÃO DE PESSOAS.....	54
11.1. Alocação de Servidores.....	54
11.2. Comunicação na Instituição.....	54
11.3. Clima Organizacional e Ambiente de Trabalho.....	55
11.4. Ações de Conhecimento e Aprendizagem.....	55
11.5. Informações sobre recursos humanos da Conab.....	55
11.6. Acúmulo de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	60
11.7. Previdência Complementar (Cibrius).....	60
Identificação da Unidade (Entidade).....	60
12. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL.....	62
12.1. Programas e Ações do PPA.....	62
12.2. Restos a Pagar.....	64
12.3. Demonstrativo de Transferências recebidas e realizadas no exercício.....	65
12.4. Transferências mediante Convênio.....	66

12.5. Demonstrações Contábeis	66
12.6. Composição dos Investimentos da Empresa	66
12.7. Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	66
12.8. Parecer da Auditoria Independente	67
13. GOVERNANÇA E CONTROLES	68
13.1. Controle Interno da UJ	68
13.2. Deliberações do TCU e CGU.....	70
13.3. Auditoria Interna.....	71
Resultados e Conclusões.....	73
ANEXO I - Demonstrações Contábeis.....	74

Lista de Siglas

AGF	Aquisição do Governo Federal
CAAF	Compra Antecipada da Agricultura Familiar
CAEAF	Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar
CIBRIUS	Instituto Conab de Seguridade Social
CPR-Doação	Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea
CPR-Estoque	Formação de Estoque pela Agricultura Familiar
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MOC	Manual de Operações da Conab
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCCS	Plano de Cargos, Carreira e Salários
PEP	Prêmio para Escoamento do Produto
PEPRO	Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural
PGPAF	Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PROHORT	Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
REFAP	Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos
SAAGRA	Sistema Aplicado à Armazenagem de Grãos
SGBD	Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados
UA	Unidade Armazenadora
UJ	Unidade Jurisdicionada
VEP	Valor de Escoamento do Produto

Lista de Quadros

1	Identificação da Unidade	9
2	Normas Relacionadas à Unidade Jurídica	9
3	Unidades Gestoras relacionadas a Unidade Jurisdicionada	10
4	Nome e período de Gestão dos principais Gestores	11
5	Agente Armazenador da Rede Privada	35
6	Principais Clientes do Setor	36
7	Dez maiores operações na CPR – Doação	38
8	Maiores Operações de Venda em Leilão	39
9	Dez maiores operações de Venda em Balcão	40
10	Dez maiores operações de VEP	41
11	Demonstrativo Geral das Aquisições e Vendas dos Estoques	41
12	Indicadores de Desempenho	44
13	Estoques de Terceiros Armazenados nas Unidades Próprias	45
14	Resultado dos Serviços de Armazenagem	45
15	Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns	47
16	Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias	47
17	Obras Realizadas nas Unidades Armazenadoras	48
18	Certificação das Unidades Armazenadoras Próprias	49
19	Capacidade Estática de Armazenagem X Demanda	50
20	Quantidade de servidores da UJ por faixa etária	57
21	Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade	57
22	Composição o Quadro de Estagiários	57
23	Custos de Pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	58
24	Contratos de prestação de serviços de vigilância ostensiva	58
25	Indicadores Gerenciais	59

26	Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS	60
27	Ações Orçamentárias	61
28	Ações de outros órgãos, executadas pela UJ	62
29	Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	62
30	Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	63
31	Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	64
32	Balanço Patrimonial	68
33	Demonstração dos Fluxos de Caixa	70
34	Demonstração do Resultado do Exercício	71
35	Demonstração do Valor Adicionado	73
36	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	74
37	Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis – Sumário	75

Lista de Figura

1	Ofício N° 0146/2013-TCU/SECEX-CE, de 22/2/2013 - Processo TC 005.018/2012-9	67
---	---	----

Introdução

Este Relatório contempla os atos de gestão praticados pela Superintendência Regional do Ceará, da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, durante o exercício de 2012.

O documento foi elaborado de acordo com a Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União – DN TCU nº 119/2012, de 18/01/2012. A Conab atenderá aos itens da Parte C – Informações Customizadas da Conab.

As principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos traçados pela Sureg/CE para o exercício de 2012, decorreram da longa estiagem que demandou ações emergenciais para atendimento de combate a seca, a fome e a falta de produtos para ração animal.

A intervenção na Sureg/CE, que durou da temporada 2011/12, foi outro fator que atrapalhou o planejamento no âmbito da Sureg/CE, que teve de reconstruir o clima organizacional na tentativa de melhorar o ambiente de trabalho para a consecução e cumprimento da missão da Empresa, tendo em vista o flagelo da seca e os desafios propostos pelas demandas sociais em caráter de urgência.

A Conab/CE, quando desafiada, mesmo com grandes dificuldades estruturais, costuma responder com coragem e determinação a convocação da sociedade, especialmente do segmento rural, que atingido pela forte estiagem, viu suas pastagens e lavouras serem destruídas, e seus rebanho de bovinos, caprinos, ovinos, suínos e aves morrem de fome e sede.

As remoções dos estoques públicos de milho em grãos da região centro oeste, por meio do Programa Venda em Balcão foi uma alternativa que minimizou as perdas no campo, e renovou as esperanças do médio e pequeno produtor rural, na tentativa de manter vivos os rebanhos, que geram renda e mantém o homem no campo. Foi um ano de grande expansão do Programa, em torno de 350%, visando socorrer as regiões assoladas pela seca.

A seguir estão indicados os itens requeridos pela Parte C da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e Art 4º da Decisão Normativa nº 121/2012 que não constam no presente documento, assim como a correspondente justificativa:

Descrição		Justificativa
1. Informações Básicas		
1.1	Nome do auditor independente	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
	Descrição e composição da estrutura de governança corporativa	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
	Membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Colegiada, Presidente, Diretor de Operações e Abastecimento, Diretor de Política Agrícola, Diretor Administrativo, Diretor Financeiro, Auditor interno e Ouvidor	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
3. Sustentação de Renda		
3.2.1	Programa de Aquisição Governo Federal – AGF	Nenhuma operação em 2012.
3.2.2.	Contrato de Opção de venda	Nenhuma operação em 2012.
3.2.3.	Prêmio Escoamento de Produto – PEP (compra)	Nenhuma operação em 2012.
3.2.4.	Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa – PEPRO	Nenhuma operação em 2012.
3.2.5.	Programa de Aquisição de Alimentos – PAA	Nenhuma operação em 2012 da CDAF – Compra Direta da Agricultura Familiar, bem como referente a CPR – Estoque da Agricultura Familiar, referente ao exercício de 2012.

4. Promoção do Abastecimento		
4.2	Prêmio para o Escoamento de Produto – PEP (venda)	A Conab não realiza operações de PEP para venda de produtos
5. Articulação e Organização do Abastecimento		
6. Prestação de Serviços		
6.2	Leilões de Terceiros	Não se aplica à natureza jurídica da UJ, a informação será apresentado somente no Relatório da Matriz
6.3	Análise sobre os principais resultados da prestação de serviços de classificação de produtos agrícolas	Não há conteúdo a ser declarado no referido exercício
10. Geração e Difusão de Informações		
10.1	Análise dos Principais resultados do Projeto Siga Brasil	Não há conteúdo a ser declarado no referido exercício
10.2	Análise dos Principais resultados do Geosafas	Não há conteúdo a ser declarado no referido exercício
11. Gestão de Pessoas		
11.5	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
12. Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil		
12.6	Composição dos Investimentos da Empresa	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado somente no Relatório da Matriz
12.8	Parecer da Auditoria Independente	
13. Governança e Controles		
13.3	Informações de como está estruturada a área de auditoria interna	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado somente no Relatório da Matriz

INFORMAÇÕES CUSTOMIZADAS DA CONAB

1.1. Informações gerais sobre a UJ

Informações gerais sobre a UJ contemplando, no mínimo: identificação da empresa (nome, CNPJ, natureza jurídica e vinculação ministerial); endereço da Companhia Nacional de Abastecimento (sede); nome e período de gestão dos principais responsáveis; código e nome das unidades gestoras e gestões no SIAFI.

Quadro 1 - Identificação da Unidade

Poder e Órgão de vinculação

Poder: Executivo

Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA

Código SIORG: 14

Identificação da Unidade Jurisdicionada

Denominação completa: Companhia Nacional de Abastecimento – Superintendência Regional do Ceará

Denominação abreviada: SUREG CEARÁ

Código SIORG: 087174

Código LOA: Não se aplica

Código SIAFI: 135115

Situação: ATIVA

Natureza Jurídica: 201-1 – Empresa Pública - CNPJ: 26.461.699/0001-80

Principal Atividade: Administração Pública em Geral

Código CNAE: 84.11-6-00

Telefones/Fax de contato: PABX (85) 3252.1722 FAX (85) 3231.7300

FONE/FAX (85) 3231.0691

Endereço Eletrônico: ce.sureg@conab.gov.br

Página da Internet: www.conab.gov.br

Endereço Postal:

Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada

A Conab está constituída nos termos do artigo 19, inciso II, da Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990. Estatuto Social – Alterações

Quadro 2 - Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Quadro 3 - Unidades Gestoras relacionadas a Unidade Jurisdicionada**Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada****Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada**

Código SIAFI	Nome
135000	Unidade Armazenadora de Russas - CE
135118	Unidade Armazenadora de Maracanaú – CE
135120	Unidade de Comercialização Fortaleza – CE
135130	Unidade Armazenadora de Juazeiro do Norte – CE
135131	Unidade Armazenadora de Sobral – CE
135133	Unidade Armazenadora de Iguatu – CE
135329	Unidade Armazenadora de Senador Pompeu – CE
135552	Unidade Armazenadora de Crateús – CE
135612	Unidade Armazenadora de Iço - CE
135116	Unidade Estoque Estratégico – CE
135117	Núcleo Estoque Regulador – CE PGPM
135447	Mercado de Opções – CE
135597	Unidade CONAB PAA - CE

Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
22211	Companhia Nacional de Abastecimento

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões

Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
135000	22211
135118	22211
135120	22211
135130	22211
135131	22211
135133	22211
135329	22211
135552	22211
135612	22211
135116	22211
135117	22211
135447	22211
135597	22211

Quadro 4 – Nome e período de Gestão dos principais gestores**Nome e Período de Gestão dos Principais Responsáveis**

NOME	Eude Guedes de Andrade
CPF/MF	082.304.714-87
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	01 - Dirig. Max. UA (UJ) Consolidada ou Agregada
CARGO/FUNÇÃO	Superintendente Regional
PERÍODO	01/06/2011 a 31/12/2011
DATA NOMEAÇÃO	Portaria Nº 609 de 01/06/2011
DATA DA EXONERAÇÃO	Portaria Nº 444, de 04/04/2012
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Av. Bernardo Vieira de Melo, 2490 – Ap 601
CEP:	54.410.010 – Piedade – Jaboatão dos Guararapes/PE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	eude.andrade@conab.gov.br

NOME	Francisco Agenor Pereira
CPF/MF	491.782.459-15
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	01 - Dirig. Max. UA (UJ) Consolidada ou Agregada
CARGO/FUNÇÃO	Superintendente Regional
PERÍODO	04/04/2012
DATA NOMEAÇÃO	Portaria Nº 442, de 04/04/2012
DATA DA EXONERAÇÃO	-
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Professor Carvalho, 2889 Ap 102
CEP:	60.120-340
ENDEREÇO ELETRÔNICO	agenor.pereira@conab.gov.br

NOME	Valéria Cristina Lopes Fernandes
CPF/MF	182.623.681-34
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	1 - Dirig. Max. UA (UJ) Consolidada ou Agregada
CARGO/FUNÇÃO	Superintendente Regional Substituta
PERÍODO	27/07/2011 a 04/04/2012
DATA NOMEAÇÃO	Portaria Nº 834 de 27/07/2011
DATA DA EXONERAÇÃO	Portaria Nº 447, de 04/04/2012
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Manoel Almeida Belo, 523
CEP:	53.030.030 – Bairro Novo – Olinda/PE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	valeria.fernandes@conab.gov.br

NOME	Anastácio Jorge Rocha Fontelles
CPF/MF	248.115.803-20
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	120 – Ordenador de Despesas por subdelegação
CARGO/FUNÇÃO	Superintendente Regional Substituto
PERÍODO	07/05/2012
DATA NOMEAÇÃO	Portaria Nº 590, de 07/05/2012
DATA DA EXONERAÇÃO	-
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Av. Godofredo Maciel, 2440 – BL P – Ap 102
CEP:	60.710.902 - Maraponga – Fortaleza/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	anastacio.fontelles@conab.gov.br

NOME	Francisco Alderico de Sousa
CPF/MF	097.693.823-53
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	120 – Ordenador de Despesas por Subdelegação
CARGO/FUNÇÃO	Assistente da Superintendência
PERÍODO	03/10/11 a 04/04/2013
DATA NOMEAÇÃO	Portaria Nº 1058, de 03/10/2011
DATA DA EXONERAÇÃO	Portaria Nº 445, de 04/04/2012
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Nelson Machado, 963
CEP:	60.455-580 - Bairro: Amadeu Furtado – Fortaleza/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	alderico.sousa@conab.gov.br

NOME	Anastácio Jorge Rocha Fontelles
CPF/MF	248.115.803-20
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	120 – Ordenador de Despesas por subdelegação
CARGO/FUNÇÃO	Assistente da Superintendência
PERÍODO	04/04/2012
DATA NOMEAÇÃO	Portaria Nº 446, de 04/04/2012
DATA DA EXONERAÇÃO	-
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Av. Godofredo Maciel, 2440 – BL P – Ap 102
CEP:	60.710.902 - Maraponga – Fortaleza/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	anastacio.fontelles@conab.gov.br

NOME	Eliane Cardoso da Silva
CPF/MF	314.091.723-68
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	Procuradora Regional
CARGO/FUNÇÃO	Procuradora Regional
PERÍODO	01/01/2011 a 31/12/2011
DATA NOMEAÇÃO	Portaria nº 038 de 03/03/2010
DATA DA EXONERAÇÃO	Portaria Nº 456, de 04/04/2012
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Dr. Gilberto Studart, 1717 – Ap. 902
CEP:	60.190.750 – Cocó – Fortaleza/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	eliane.cardoso@conab.gov.br

NOME	Roberto Silveira Moura
CPF/MF	091.434.913-91
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	Procurador Regional
CARGO/FUNÇÃO	Procurador Regional
PERÍODO	04/04/04 a 28/12/12
DATA NOMEAÇÃO	Portaria Nº 457, de 04/04/2012
DATA DA EXONERAÇÃO	Portaria Nº 1521, de 28.12.2012
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Virgílio Nogueira da Paz, 104
CEP:	60.320-340 – São Gerardo – Fortaleza/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	roberto.moura@conab.gov.gr

NOME	Iracilda Correia de Alencar
CPF/MF	143.586.201-59
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	Procuradora Regional Substituta
CARGO/FUNÇÃO	Procuradora
PERÍODO	01/01/2011 a 31/12/2011
DATA NOMEAÇÃO	Portaria Nº 174, de 07/06/2010
DATA DA EXONERAÇÃO	Portaria Nº 176, de 07/02/2012
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Barão de Aracati, 2755 – Ap. 401
CEP:	60.130.090 – Joaquim Távora – Fortaleza/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	iracilda.alencar@conab.gov.br

NOME	Valéria Cristina Lopes Fernandes
CPF/MF	182.623.681-34
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	120 - Ordenador de Despesas por subdelegação
CARGO/FUNÇÃO	Gerente de Operações
PERÍODO	27/07/2011 a 04/04/2012
DATA NOMEAÇÃO	Portaria Nº 834 de 27/07/2011
DATA DA EXONERAÇÃO	Portaria Nº 447, de 04/04/2012
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Manoel Almeida Belo, 523
CEP:	53.030.030 – Bairro Novo – Olinda/PE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	valeria.Fernandes@conab.gov.br

NOME	José Bezerra Cavalcante
CPF/MF	056.577.923-00
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	120 - Ordenador de Despesas por subdelegação
CARGO/FUNÇÃO	Gerente de Operações
PERÍODO	04/04/2012 a 20/07/2012
DATA NOMEAÇÃO	Portaria Nº 448, de 04/04/2012
DATA DA EXONERAÇÃO	Portaria Nº 792, de 27/06/2012
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Av. José Bastos, 4800, Aptº 301 – Bloco B
CEP:	60.440.260 – Bairro Couto Fernandes – Fortaleza/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	bezerra.silva@conab.gov.br

NOME	José Afonso Cavalcante
CPF/MF	116.681.883-00
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	120 - Ordenador de Despesas por subdelegação
CARGO/FUNÇÃO	Gerente de Operações
PERÍODO	27/06/2012
DATA NOMEAÇÃO	Ato de Direção Nº 793, de 27/06/2012
DATA DA EXONERAÇÃO	-
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Av. da Universidade, 1949 – Ap. 701
CEP:	60.020.180 – Benfica – Fortaleza/CE

NOME	Anastácio Jorge Rocha Fontelles
CPF/MF	248.115.803-20
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	120 – Ordenador de Despesas por subdelegação
CARGO/FUNÇÃO	Gerente de Operações Substituto
PERÍODO	01/01/2011 a 31/12/2011
DATA NOMEAÇÃO	Portaria Nº 764, de 11/12/2008
DATA DA EXONERAÇÃO	Portaria Nº 446, de 04/04/2012
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Av. Godofredo Maciel, 2440 – BL P – Ap 102
CEP:	60.710.902 - Maraponga – Fortaleza/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	anastacio.fontelles@conab.gov.br

NOME	José Bezerra Cavalcante
CPF/MF	056.577.923-00
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	120 - Ordenador de Despesas por subdelegação
CARGO/FUNÇÃO	Gerente de Operações Substituto
PERÍODO	20/07/2012
DATA NOMEAÇÃO	Portaria Nº 448, de 04/04/2012
DATA DA EXONERAÇÃO	Portaria Nº 1138, de 20/07/2012
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Av. José Bastos, 4800, Aptº 301 – Bloco B
CEP:	60.440.260 – Bairro Couto Fernandes – Fortaleza/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	bezerra.silva@conab.gov.br

NOME	Maria da Glória da Rocha Teixeira
CPF/MF	071.138.501-97
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	138 – Responsável pelos Atos de Gestão Financeira
CARGO/FUNÇÃO	Gerente Financeira e Administrativa
PERÍODO	02/06/2011 a 04/04/2012
DATA NOMEAÇÃO	Portaria Nº 617, de 02/06/2011
DATA DA EXONERAÇÃO	Portaria Nº 443, de 04/04/2012
ENDEREÇO RESIDENCIAL	QNL 10, Bloco B – Ap. 217
CEP:	72.156.112 – Taguatinga/DF
ENDEREÇO ELETRÔNICO	gloria.teixeira@conab.gov.br

NOME	Marcelino Viana da Silva Filho
CPF/MF	102.541.963-79
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	138 – Responsável pelos Atos de Gestão Financeira
CARGO/FUNÇÃO	Gerente Financeiro e Administrativo Substituto
PERÍODO	04/04/2012
DATA NOMEAÇÃO	Portaria Nº 444, de 04/04/2012
DATA DA EXONERAÇÃO	-
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Jaime Benévolo, 801 – Ap. 801 – Ed. Valéria
CEP:	60.050.080 – José Bonifácio
ENDEREÇO ELETRÔNICO	marcelino.viana@conab.gov.br

NOME	Juscelino Augusto de Paula Nogueira
CPF/MF	117.494.313-00
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	138 – Responsável pelos Atos de Gestão Financeira
CARGO/FUNÇÃO	Gerente Financeiro e Administrativo Substituto
PERÍODO	22.11.2011 a 07/05/2012
DATA NOMEAÇÃO	Portaria Nº 1304, de 22/11/2011
DATA DA EXONERAÇÃO	Portaria Nº 588, de 07/05/2011
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Manoel Nogueira da Costa, 246
CEP:	60.181.840 – Vicente Pinzon – Fortaleza/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	juscelino.nogueira@conab.gov.br

NOME	Leonor Freitas Souza
CPF/MF	518.649.673-15
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	138 – Responsável pelos Atos de Gestão Financeira
CARGO/FUNÇÃO	Gerente Financeiro e Administrativo Substituto
PERÍODO	07/05/2012
DATA NOMEAÇÃO	Ato de Direção Nº 589, de 07/05/2012
DATA DA EXONERAÇÃO	-
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Santa Lígia, 875
CEP:	60.050.080 – Parangaba – Fortaleza/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	leonor.freitas@conab.gov.br

NOME	Paulo Eduardo Silva Oliveira
CPF/MF	039.406.324-49
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	120 – Ordenador de Despesas por Subdelegação
CARGO/FUNÇÃO	Gerente de Desenvolvimento e Suporte Estratégico
PERÍODO	22/09/2011 a 31/12/2011
DATA NOMEAÇÃO	Portaria nº 1009 de 22/09/2011
DATA DA EXONERAÇÃO	-
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Maria Eliete Coutinho Fabrício, Casa 270
CEP:	58.051-600 – Bairro Bancários – João Pessoa/PB
ENDEREÇO ELETRÔNICO	paulo.oliveira@conab.gov.br

NOME	Davi Azin Filho
CPF/MF	621.205.492-20
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	120 – Ordenador de Despesas por Subdelegação
CARGO/FUNÇÃO	Gerente de Desenvolvimento e Suporte Estratégico
PERÍODO	01/09/2011 a 31/12/2011
DATA NOMEAÇÃO	Portaria 1227 de 09/11/2011
DATA DA EXONERAÇÃO	-
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua São Mateus, 1399 – Ap. 131
CEP:	60.410.640 – Vila União – Fortaleza/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	davi.azin@conab.gov.br

NOME	Elizeu Lima de Sousa
CPF/MF	246.239.383-87
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	120 – Ordenador de Despesas por Subdelegação
CARGO/FUNÇÃO	Gerente de Desenvolvimento e Suporte Estratégico
PERÍODO	17/10/2012
DATA NOMEAÇÃO	Portaria Nº 1268, de 17/10/2012
DATA DA EXONERAÇÃO	-
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Senador Álvaro Adolfo, 308
CEP:	60.355-572 -
ENDEREÇO ELETRÔNICO	elizeu.sousa@conab.gov.br

NOME	Davi Azin Filho
CPF/MF	621.205.492-20
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	120 – Ordenador de Despesas por Subdelegação
CARGO/FUNÇÃO	Gerente de Desenvolvimento e Suporte Estratégico Substituto
PERÍODO	01/09/2011 a 31/12/2011
DATA NOMEAÇÃO	Portaria 1227 de 09/11/2011
DATA DA EXONERAÇÃO	-
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua São Mateus, 1399 – Ap. 131
CEP:	60.410.640 – Vila União – Fortaleza/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	davi.azin@conab.gov.br

NOME	José Demontiê da Silva
CPF/MF	154.498.663-72
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	100 – Ordenador de Despesas
CARGO/FUNÇÃO	Gerente da (UA) Unidade Armazenadora de Maracanaú
PERÍODO	01/01/2011 a 31/12/2011
DATA NOMEAÇÃO	Ato de Direção nº 209 de 01/07/2008
DATA DA EXONERAÇÃO	Portaria Nº 424, de 02/04/2012
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Tereza Cristina, 1655
CEP:	60.015.141 – Farias Brito – Fortaleza/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	demontie.silva@conab.gov.br

NOME	Elibernon Alves da Silva
CPF/MF	580.523.803-91
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	100 – Ordenador de Despesas
CARGO/FUNÇÃO	Gerente da (UA) Unidade Armazenadora de Maracanaú
PERÍODO	01/01/2011 a 31/12/2011
DATA NOMEAÇÃO	Portaria Nº 425, de 02/04/2012
DATA DA EXONERAÇÃO	-
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Av. Visconde do Rio Branco, 4149
CEP:	60.055-172 – São João do Tauape
ENDEREÇO ELETRÔNICO	elibernon.silva@conab.gov.br

NOME	Francisco Lucivaldo Pontes
CPF/MF	187.424.403-00
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	100 – Ordenador de Despesas Substituto
CARGO/FUNÇÃO	Gerente Substituto da (UA) Unid. Armazenadora de Maracanaú
PERÍODO	01/01/2011 a 31/12/2011
DATA NOMEAÇÃO	Ato de Direção nº 098 de 04/06/2008
DATA DA EXONERAÇÃO	-
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua 06, Casa 100 – Conjunto Mirassol
CEP:	60.743.260 – Itapery – Fortaleza/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	francisco.lucivaldo@conab.gov.br

NOME	Raimundo Cândido Damasceno de Sousa
CPF/MF	058.624.853-68
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	100 – Ordenador de Despesas
CARGO/FUNÇÃO	Gerente da (UA) Unidade Armazenadora de Juazeiro do Norte
PERÍODO	01/01/2011 a 31/12/2011
DATA NOMEAÇÃO	Ato de Direção nº 451 de 01/10/2003
DATA DA EXONERAÇÃO	-
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Av. José Pinheiro Esmeraldo, 556
CEP:	63.101.080 – São Miguel – Crato/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	candidodsousa@hotmail.com

NOME	Francisco de Assis de Sousa
CPF/MF	143.715.613-49
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	100 – Ordenador de Despesas Substituto
CARGO/FUNÇÃO	Gerente Substituto da (UA) Unid. Armaz. Juazeiro do Norte
PERÍODO	01/01/2011 a 31/12/2011
DATA NOMEAÇÃO	Ato de Direção nº 773 de 11/12/2008
DATA DA EXONERAÇÃO	-
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Carlos Alberto Bezerra, 1004
CEP:	63.010.970 – São José – Juazeiro do Norte/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	-

NOME	José Cordeiro de Carvalho
CPF/MF	920.315.878-20
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	100 – Ordenador de Despesas
CARGO/FUNÇÃO	Gerente da (UA) Unidade Armazenadora de Sobral
PERÍODO	01/01/2011 a 31/12/2011
DATA NOMEAÇÃO	Ato de Direção nº 453 de 01/10/2003
DATA DA EXONERAÇÃO	Portaria Nº 581, de 07/05/2012
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Coronel José Silvestre, 729
CEP:	62.100.000 =- Campos dos Velhos – Sobral/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	cordeiro.conab@hotmail.com

NOME	Olavo Nunes Dourado
CPF/MF	070.819.013-87
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	100 – Ordenador de Despesas
CARGO/FUNÇÃO	Gerente da (UA) Unidade Armazenadora de Sobral
PERÍODO	07/05/2012 a 03/07/2012
DATA NOMEAÇÃO	Ato de Direção Nº 582, de 07/05/2012
DATA DA EXONERAÇÃO	Portaria Nº 814, de 03/07/2012
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Av. Prefeito Jackson Nunes, 800 – Altos
CEP:	62.320-000 – Centro – Tianguá - CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	-

NOME	Joaquim Florêncio de Souza Nunes
CPF/MF	162.913.876-20
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	100 – Ordenador de Despesas
CARGO/FUNÇÃO	Gerente da (UA) Unidade Armazenadora de Sobral
PERÍODO	03/07/2012 a 25/07/2012
DATA NOMEAÇÃO	Portaria Nº 815, de 03/07/2012
DATA DA EXONERAÇÃO	Portaria Nº 815, de 25/07/2012
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Ministro Joaquim Bastos, 231 – Aptº 701
CEP:	60.415-040 – Bairro de Fátima – Fortaleza/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	joaquim.florencio@hotmail.com

NOME	Vicente de Paulo Costa Lourenço
CPF/MF	071.028.523-04
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	100 – Ordenador de Despesas
CARGO/FUNÇÃO	Gerente da (UA) Unid. Armazenadora de Sobral
PERÍODO	01/09/2012
DATA NOMEAÇÃO	Portaria Nº 1043, de 30/08/2012
DATA DA EXONERAÇÃO	-
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Galdino de Araújo, 149
CEP:	62.030.430 – Alto Cristo – Sobral/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	paulo.lourenço@conab.gov.br

NOME	Vicente de Paulo Costa Lourenço
CPF/MF	071.028.523-04
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	100 – Ordenador de Despesas
CARGO/FUNÇÃO	Gerente Substituto da (UA) Unid. Armazenadora de Sobral
PERÍODO	01/01/2011 a 01/09/2012
DATA NOMEAÇÃO	Ato de Direção Nº 778, de 11/12/2008
DATA DA EXONERAÇÃO	Portaria Nº 1043, de 30/08/2012
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Galdino de Araújo, 149
CEP:	62.030.430 – Alto Cristo – Sobral/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	paulo.lourenço@conab.gov.br

NOME	Edmar Rodrigues Couras
CPF/MF	115.653.813-00
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	100 – Ordenador de Despesas
CARGO/FUNÇÃO	Gerente da (UA) Unidade Armazenadora de Iguatu
PERÍODO	01/01/2011 a 31/12/2011
DATA NOMEAÇÃO	Ato de Direção nº 203 de 09/04/2002
DATA DA EXONERAÇÃO	Portaria Nº 1132, de 18/09/2012
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Laureano de Souza Bernardo, 237
CEP:	63.500.000 – Veneza – Iguatu/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	edimar.couras@conab.gov.br

NOME	Lucia Neide de Araújo
CPF/MF	156.910.713-00
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	100 - Ordenador de Despesas
CARGO/FUNÇÃO	Gerente da (UA) Unid. Armaz. de Iguatu
PERÍODO	01.12.2012
DATA NOMEAÇÃO	Portaria Nº 1133, de 18/09/2012
DATA DA EXONERAÇÃO	-
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Adeodato Matos Cavalcante, 398
CEP:	63.500.000 – Flores – Iguatu/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	luciarenato2004@yahoo.com.br

NOME	Lucia Neide de Araújo
CPF/MF	156.910.713-00
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	100 - Ordenador de Despesas
CARGO/FUNÇÃO	Gerente Substituto da (UA) Unid. Armaz. de Iguatu
PERÍODO	01/01/2011 a 31/12/2011
DATA NOMEAÇÃO	Ato de Direção nº 772 de 11/12/2008
DATA DA EXONERAÇÃO	Portaria Nº 1133, de 18/09/2012
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Adeodato Matos Cavalcante, 398
CEP:	63.500.000 – Flores – Iguatu/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	luciarenato2004@yahoo.com.br

NOME	Francisco José Sousa Freire
CPF/MF	262.702.503-15
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	100 - Ordenador de Despesas
CARGO/FUNÇÃO	Gerente da (UA) Unid. Armaz. de Senador Pompeu
PERÍODO	01/01/2011 a 31/12/2011
DATA NOMEAÇÃO	Portaria nº 637 de 24/11/2010
DATA DA EXONERAÇÃO	Portaria Nº 1136, de 18/09/2012
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Raimundo Gomes de Oliveira, 331
CEP:	63.900-000
ENDEREÇO ELETRÔNICO	francisco.freire@conab.gov.br

NOME	Francisco Jose Freitas da Rocha
CPF/MF	
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	100 - Ordenador de Despesas
CARGO/FUNÇÃO	Gerente da (UA) Unid. Armaz. de Senador Pompeu
PERÍODO	01/10/2012
DATA NOMEAÇÃO	Portaria Nº 1137, de 18/09/2012
DATA DA EXONERAÇÃO	-
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Av. dos Expedicionários, 3406 - Aptº 502 Bloco B
CEP:	60.411.135 – Bairro de Fátima – Fortaleza/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	francisco.freitas@conab.gov.br

NOME	Josemar Martins Lima
CPF/MF	141.190.483-49
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	100 - Ordenador de Despesas
CARGO/FUNÇÃO	Gerente Substituto da (UA) Unid. Armaz. de Crateús
PERÍODO	01/01/2011 a 31/12/2011
DATA NOMEAÇÃO	Ato de Direção nº 772 de 11/12/2008
DATA DA EXONERAÇÃO	-
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Roberto Ferreira, 637
CEP:	63.700.000 – São Vicente – Crateús/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	josemar.lima@conab.gov.br

NOME	Francisco Antonio Pereira
CPF/MF	143.371.853-72
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	100 - Ordenador de Despesas
CARGO/FUNÇÃO	Gerente Substituto da (UA) Unid. Armaz. de Crateús
PERÍODO	01/01/2011 a 31/12/2011
DATA NOMEAÇÃO	Ato de Direção nº 771 de 11/12/2008
DATA DA EXONERAÇÃO	-
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Leandro Martins, 179
CEP:	63.700.000 – Venâncio – Crateús/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	francisco.a.pereira@conab.gov.br

NOME	José Iriwan Araújo Leite
CPF/MF	398.982.453-87
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	100 - Ordenador de Despesas
CARGO/FUNÇÃO	Gerente (UA) Unidade Armazenadora de Russas
PERÍODO	01/01/2011 a 30/08/2011
DATA NOMEAÇÃO	Portaria nº 036 de 03/03/2010
DATA DA EXONERAÇÃO	Portaria nº 941 de 30/08/2011
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Braz de Francesco, 100 – AP. 302 – BL. 11
CEP:	60.325.010 – São Gerardo – Fortaleza/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	jose.irivan@conab.gov.br

NOME	João Bosco Mendes
CPF/MF	173.724.963-49
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	100 - Ordenador de Despesas
CARGO/FUNÇÃO	Gerente (UA) Unidade Armazenadora de Russas
PERÍODO	30/08/2011 a 31/12/2011
DATA NOMEAÇÃO	Portaria nº 942 de 30/08/2011
DATA DA EXONERAÇÃO	-
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Sítio São Raimundo, s/n
CEP:	60.200.930 – Limoeiro do Norte/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	joao.b.mendes@conab.gov.br

NOME	Carlos Alberto Leite Vieira
CPF/MF	097.778.813-07
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	100 - Ordenador de Despesas
CARGO/FUNÇÃO	Gerente (UA) Unidade Armazenadora de ICÓ
PERÍODO	12/04/2011 a 12/04/2012
DATA NOMEAÇÃO	Portaria nº 327 de 12/04/2011
DATA DA EXONERAÇÃO	Portaria Nº 498, de 12/04/2012
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua João Barbosa Lima
CEP:	60.822-760 – Cidade dos Funcionários - Fortaleza/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	Leitecarlos1@hotmail.com

NOME	José Cândido da Silva
CPF/MF	057.987.363-34
NATUREZA/RESPONSABILIDADE	100 - Ordenador de Despesas
CARGO/FUNÇÃO	Gerente da UA/Icó
PERÍODO	12/04/2012
DATA NOMEAÇÃO	Portaria Nº 499, de 12/04/2012
DATA DA EXONERAÇÃO	-
ENDEREÇO RESIDENCIAL	Rua Silvino Filgueiras, 619
CEP:	63.500-000 – Bairro Veneza – Iguatu/CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	-

1.2. Planejamento Estratégico e seus principais Macroprocessos

Breve análise sobre o planejamento estratégico da Empresa, contemplando os principais aspectos de seu Mapa Estratégico;

O Planejamento Estratégico da Conab, concebido em 2003, objetivou capacitar a Companhia para novos desafios, no sentido de atender as demandas do governo federal à época. Foi utilizada a metodologia do Balanced Scorecard - BSC para o seu desenvolvimento, que ocorreu de forma compartilhada, envolvendo equipes de líderes da Matriz (Diretoria Colegiada, Superintendentes e Coordenadores de áreas da Presidência) e das Regionais (10 Superintendentes Regionais), além de alguns gerentes, assessores e técnicos, que compuseram as equipes de Desenvolvimento e Multiplicadores durante o processo de implantação.

Os principais produtos gerados foram o Mapa Estratégico Corporativo, a nova declaração de missão e visão e a proposta de valor aos diferentes públicos-alvo da Companhia.

Estruturado em cinco perspectivas – excelência organizacional interna, integração, financeira, processos internos e sociedade, as quais englobam um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pela organização no alcance de sua visão de futuro e no cumprimento de sua missão institucional, esse Mapa buscou traduzir a estratégia organizacional, assim como criar um referencial comum e de fácil compreensão para unidades e servidores.

Aprovado o planejamento em 2004, nos dois anos subsequentes houve um esforço para implementação das estratégias definidas para o horizonte de cinco anos (2005 a 2009), com a definição de metas, apuração de indicadores, monitoramento de resultados, designação de responsáveis por projetos e reuniões de análises estratégicas com as lideranças da Conab.

No entanto, a partir de 2007, com a mudança na alta direção, o planejamento estratégico foi descontinuado, assim como foram desconstituídos os grupos formados para seu acompanhamento.

Por força do Acórdão da 2.^a Câmara do TCU, n.º835/2011, alertando a Companhia sobre a necessidade de retomada do planejamento estratégico, em virtude dos riscos de gestão decorrentes da falta de utilização desse instrumento, foi criado, em 2011, grupo de trabalho com a finalidade de resgatar o processo de planejamento. Dentre as recomendações apresentadas pelo grupo, foi proposta a criação de uma unidade orgânica específica para a elaboração e execução do planejamento estratégico, vinculada administrativamente à Presidência e hierarquicamente ao Conad, além da contratação de uma consultoria visando auxiliar a Conab na retomada e sistematização de processos internos ao planejamento estratégico.

Novo grupo de trabalho foi constituído em 2012, o qual ficou encarregado de validar os objetivos estratégicos, metas e projetos que permitiriam alinhar a gestão ao cumprimento da missão institucional. Como resultado, foram atualizados os objetivos e indicadores constantes do Mapa Estratégico. No entanto, embora avaliados pela Diretoria, os indicadores não chegaram a ser apurados nesse exercício, por necessitarem de ferramenta específica para seu monitoramento, não disponível em versão atualizada, e dependente de aprimoramento a ser efetuado com os produtos decorrentes da licitação a ser encaminhada.

Paralelamente, deu-se início à elaboração do Termo de Referência para contratação de empresa especializada no tema. A vencedora do certame responderá pela implantação e operação assistida da unidade de apoio à gestão integrada da estratégia. Além dos produtos previstos, espera-se que, com o apoio de consultoria especializada, haja a transferência de conhecimento, por meio de capacitações e operações realizadas no próprio ambiente de trabalho, de forma a elevar o nível de maturidade em gestão e governança na Conab e facilitar o seu desdobramento para as Superintendências Regionais.

Macroprocesso de Sustentação de Renda

O Ceará não está inserido entre os Estados com grandes volumes na produção agrícola, nesse contexto, configura-se como um importador de grãos.

Dentre os instrumentos de comercialização disponíveis para atender o produtor rural, tais como AGF, Contrato de Opção, PEP, PEPRO e PAA, a Sureg/CE utiliza com maior frequência o PEP e o PAA.

Em 2012, o Ceará passou por um momento de seca prolongada que afetou a produção agrícola.

A Sureg/CE interfere no mercado, sistematicamente, sempre que o inverno ajuda na produção agropecuária

Macroprocesso de Promoção do Abastecimento

O Ceará foi beneficiado com a política de abastecimento desenvolvida pela Conab/CE, por meio de dois instrumentos de comercialização:

- VEP foi utilizado pelos segmentos avicultor, bovinocultor e suinocultor, na compra do produto milho grão, cujo consumo mensal, ultrapassa 40 toneladas/mês. Essa aquisição acontece por meio do Sistema Eletrônico de Comercialização da CONAB – SEC interligadas com as Bolsas de Mercadorias credenciadas. O milho disponibilizado por esse instrumento é de safra antiga com riscos de perda de qualidade e visa promover o seu escoamento para as regiões de consumo.

- O Venda em Balcão é o outro instrumento que ajudou muito aos médios e pequenos produtores rurais, que atingidos pela seca prolongada que assolou todo o Ceará, ficaram desprotegidos contra os preços abusivos praticados pelo mercado, na comercialização de ração. A alternativa encontrada para alimentar seus rebanhos foi comprar o milho em grãos, a um preço inferior ao praticado no mercado, nas Unidades Armazenadoras da Sureg/CE.

Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento

A Sureg/CE atua na articulação do abastecimento utilizando dois instrumentos, o Prohort e o Refap.

- Prohort objetiva desenvolver e modernizar o setor hortigranjeiro, integrando os agentes envolvidos no setor com o segmento da cadeia produtiva, especialmente, os produtores da agricultura familiar, incentivando a produção, comercialização, qualidade, apresentação agregando valor aos produtos. Em 2012, não aconteceu avanços nesse processo.

- Já o Refap se propõe atuar junto aos varejistas, considerados de pequeno porte, formando redes de comercialização, integrando-os numa central de negócios e capacitando-os para sobreviverem nas periferias das cidades, ofertando produtos da linha básica de consumo, para serem vendidos as populações que se encontram em situação de extrema pobreza.

- Em 2012, a Sureg/CE realizou visitas e reuniões mensais com os participantes das redes e, devido a baixa dos estoques de Arroz beneficiado e de Leite em pó, pouco se ofertou para esse segmento, que necessita da atenção e proteção do governo para enfrentar o poderio econômico das grandes redes de supermercado.

Macroprocesso de Atendimento a Parceiros

Os maiores parceiros da Sureg/CE na comercialização dos produtos da agricultura familiar, tem sido o MDS e o MDA.

– O MDS tem disponibilizados recursos para a formalização de Projetos no âmbito do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, voltados especificamente para atendimento as populações menos favorecida e que se encontram na insegurança alimentar e nutricional. O PAA gera emprego, renda e melhora a qualidade de vida dos beneficiários produtores e consumidores.

– Por conta da intervenção na Sureg/CE, que durou aproximadamente um ano, o PAA sofreu impacto nas operações, diminuindo substancialmente o volume de recursos aplicados, o que gerou uma grande frustração, necessitando que o programa retome sua credibilidade junto ao segmento da agricultura familiar no Estado.

– MDA atua na compra de produtos da agricultura familiar, notadamente na aquisição de produtos para a formação de estoques. Devido a seca prolongada em 2012, poucas operações foram realizadas.

Macroprocesso de Prestação de Serviços

A Sureg/CE disponibiliza para a sociedade, os serviços de armazenagem em ambiente natural, por meio de suas diversas Armazenadoras. Os armazéns estão estruturados para receber, guardar e conservar desde produtos agrícolas, industrializados ou mesmo qualquer material não perecível.

As UA's disponibiliza também, serviços de pesagem em balança rodoviária com capacidades variadas, dependendo do limite de transportes dos veículos.

Em 2012, pouco se fez em termos de manutenção, ampliação ou de melhorias nas instalações físicas nas Unidades Armazenadoras, para oferecer um serviço de melhor qualidade requerido pela sociedade.

Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos

A Sureg/CE conta com uma rede de armazéns distribuída em suas diversas Unidades Armazenadoras, possibilitando a guarda e conservação de diversos produtos do governo federal ou de terceiros.

A Sureg/CE não utilizou nenhum armazém credenciado da rede prevista em 2012, para estocar produtos de propriedade.

A baixa produção agrícola de 2012, provocada pela seca prolongada, evidenciou a necessidade urgente da construção de armazéns graneleiros/silos com capacidade suficiente para atender as remoções de milho em grãos a granel demandadas do setor bovinocultor, caprinocultor e suinocultor, considerando que

Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos

Os recursos disponibilizados para a a implantação efetiva do conhecimento na Sureg/CE precisam ser canalizados para cursos que associe a gestão aos negócios e resultados da empresa, nas mudanças necessárias à busca de sustentabilidade desejada pela sociedade.

O conhecimento propicia criatividade, inovação e aumenta a competitividade da Empresa.

É imprescindível que os gestores sejam eficazes para motivarem seus colaboradores a buscarem e transferirem o conhecimento. Quando as pessoas percebem que as chefias não são especialistas, tendem a não reconhecerem o valor do conhecimento, ou não usam o conhecimento a ponto de incorporar no seu modo de trabalho.

A Sureg/CE precisa urgente de um sistema e estrutura para capacitar seus empregados, objetivando alavancar o conhecimento existente, melhorando seu desempenho gerencial e a satisfação da sociedade.

Principais resultados estratégicos previstos para os próximos 5 exercícios

A Conab, como agente oficial encarregado de cuidar do abastecimento público de alimentos e matérias-primas agropecuárias, está diretamente envolvida na formulação e execução das políticas de sustentação da renda dos produtores a fim de assegurar sua capacidade de expansão, atuando, ainda, na complementação da oferta da capacidade de armazenamento; portanto, necessita estar atenta ao crescimento da produção e do comércio agrícola e programar suas atividades futuras de acordo com as perspectivas dos mercados. Ademais, procura definir políticas específicas de apoio ao pequeno agricultor familiar, de modo a assegurar que o comércio de sua produção seja rentável e que também seja preservada a continuidade de suas atividades.

Nesse sentido, as ações da Companhia, planejadas e organizadas, podem contribuir com a geração de renda e emprego, no campo e nas cidades; regularizar o abastecimento dos principais alimentos em todo o território nacional, minimizando possíveis impactos sobre a inflação; contribuir para o acesso à alimentação de uma parcela significativa da população que se encontra em situação de insegurança alimentar e nutricional; promover o uso da agrobiodiversidade, além de valorizar e resgatar hábitos alimentares regionais.

Entretanto, como decorrência de deficiências de gestão acumuladas nos últimos anos, a Companhia, hoje, apresenta problemas conjunturais e estruturais que demandam ações de reordenamento, com vistas a resgatar sua capacidade técnica e administrativa, restaurar sua imagem e proporcionar o alcance de seu pleno potencial, devendo, para tanto, priorizar 24 projetos estratégicos nas áreas de pessoal, planejamento, estrutura organizacional, armazenagem, abastecimento e geração de informação e conhecimentos.

Entre os projetos voltados para a gestão de pessoas estão a elaboração de um novo plano de cargos, carreira e salários; a criação da Universidade Corporativa da Conab; e um plano de estímulo à participação de todos os empregados no Instituto de Seguridade Social-Cibrius. No âmbito da estratégia e estrutura organizacional, deverão ser retomadas as atividades do planejamento estratégico e realizados estudos para a modernização da organização, bem como implementada a gestão participativa na Companhia. Assim como deverá elaborar uma política para sua rede armazenadora, a Conab deverá participar da construção do Plano Nacional de Armazenagem. Os resultados almejados para a geração e disseminação de Informação e Conhecimento contarão com projetos como: definição de coeficientes acerca da capacidade de trabalho e eficiência de campo das máquinas e implementos agrícolas; elaboração de metodologia de custos de produção para a atividade integrada agricultura-pecuária; aperfeiçoamento da metodologia de previsão da safra agrícola com uso da geotecnologia; desenvolvimento de cálculo da receita bruta dos produtores rurais brasileiros. O abastecimento social estará contemplado mediante projetos que fortaleçam a parceria nas ações voltadas à complementação alimentar, ao apoio à organização de pequenos varejistas e modernização dos mercados hortícola e frutícola, complementados com a a implantação de programa de sustentabilidade nos terminais hidroviários da Amazônia.

Entende-se que os resultados desses projetos serão oportunos para efetivar as necessárias transformações na gestão e na imagem institucional da Companhia.

2. ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO

2.1. Análise sobre o Ambiente de Gestão

Comportamento do mercado agrícola

No ano de 2012, o Estado do Ceará registrou precipitações pluviométricas escassas e irregulares, insuficientes para atender as necessidades hídricas das culturas; com isso, gerou-se uma perda significativa na produção de 83,74%. O volume da comercialização de grãos foi muito pequena, devido a baixa produção local, consequentemente, os preços se mantiveram aquecidos, acima dos preços mínimos do governo federal.

A produção de grãos do Ceará, safra 2012, foi somente de 231.418t, insuficiente para atender o consumo interno.

Estratégia de atuação da empresa

Em decorrência da safra agrícola ter sido prejudicada pelo fator climático, os instrumentos da PGPM (AGF/EGF – VENDA EM BALCÃO – EXTRATIVISMO), o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e de Doação de Alimentos, foram poucos acionados em 2012; com exceção do Programa Venda em Balcão que teve um crescimento em torno de 400% da sua demanda, comparado a 2011; pela necessidade dos criadores, que tiveram suas reservas de forragens dizimadas pela seca, e como única opção de alimentar seus animais foi de comprar o milho em grãos ofertado pela Conab.

As remoções do produto milho em grãos da região centro oeste, não foram suficientes para atender os criadores do Programa Venda em Balcão. Para minimizar a falta do produto, as Unidades Armazenadoras e os Polos de Atendimento foram obrigados a fracionar a cota mensal de cada produtor rural cadastrado no Programa.

A Sureg/CE foi prejudicada em sua missão no Ceará, por conta da intervenção que durou aproximadamente um ano, se estendeu de junho/2011 a abril/2012, bem como pela seca prolongada que reduziu a produção agrícola. Isso prejudicou o planejamento das ações, e impactou nas intervenções no mercado que a Conab vem realizando ao longo dos anos, favorecendo quem produz e as populações que vivem na insegurança alimentar e nutricional.

Contratação de bens e serviços

O Ceará não conta com nenhuma empresa especializada na prestação de serviços de armazenagem. Com a seca que reduziu a Safra 2012, não houve necessidade de contratar armazéns para ampliar a capacidade estática da Sureg/CE.

Por outro lado, houve um aumento da demanda de consumo de milho em grãos, por conta do aumento considerável de cadastrados no Programa Venda em Balcão, fazendo com que a Sureg/CE fizesse acordo com algumas Prefeituras, que cederam, sem nenhum custo, espaços em prédios municipais para instalação de Polos de Venda do Programa.

A abertura de um Polo só acontece depois de autorizado pela Diretoria da Conab em Brasília/DF, atendendo, formalmente, pleitos da Sureg/CE, que por sua vez, é demandada por aqueles municípios situados mais distantes das Unidades Armazenadoras.

Fatores de risco e sua gestão no exercício em análise e para os próximos dois exercícios

As precárias instalações das Unidades Armazenadoras são fatores de riscos que precisam ser sanadas com urgência, dotando-as com equipamentos de tecnologia de equipamentos capazes de atender as demandas operacionais; equipar os escritórios com móveis e cadeiras adequadas, materiais diversos, possibilitando aos empregados executarem suas atividades com a devida condição.

Outro fator impactante, é a baixa capacidade estática da Sureg/CE, de 56.400t especificamente de ensacados, insuficiente para atender as demandas dos criadores por milho em grãos para alimentar seus rebanhos de bovino, caprino, suíno e aves. A Conab usa o meio de transporte rodoviário para remover milhares de toneladas do centro oeste para o Ceará, que chega a granel nas Unidades Armazenadoras e é ensacado em precárias condições de trabalho, quando poderia ser recebido e armazenado a granel, se contasse em sua estrutura, com silos ou armazéns graneleiros.

2.2. Análise sobre o Ambiente de Negócios

Demanda por serviços de armazenagem e apoio à comercialização

Mapeamento das principais empresas do setor privado que prestam serviços análogos aos da Conab

a) Armazenagem

Quadro 5 – Agente Armazenador da Rede Privada

Nome do Agente Armazenador	CNPJ	Capacidade (ton)
EMPESCA ALIMENTOS LTDA	023.690.460/001-08	69.020
TERGRAN - TERMINAIS DE GRÃOS DE FORTALEZA LTDA	015.915.240/001-67	41.560
CIA DOCAS DO CEARA	072.236.700/001-16	33.732
IRACEMA IND DE CAJU LTDA	058.668.350/002-23	14.127
TEXTIL BEZERRA DE MENEZES S/A (CE)	076.710.920/001-80	12.615
CIALNE-CIA DE ALIMENTOS DO NORDESTE	072.208.740/007-99	10.870
OLVEQ-IND. E COMERCIO DE OLEOS VEGETAIS	054.724.380/001-96	10.202
COOP AGRIC M DE AURORA LTDA	070.421.120/001-54	9.733
CIAVEL COM E IND DE AVES LTDA	076.792.280/005-22	8.990
IRMAOS FONTENELLE S/A COM IND E AGRIC	072.148.850/001-70	8.552

As empresas que dispõem de armazéns em condições de prestarem serviços de armazenagem no Estado, usam suas estruturas para guardar de seus materiais e produtos.

No Estado do Ceará não existe nenhuma empresa privada que preste serviço de armazenagem.

b) Comercialização

A Sureg/CE coloca a disposição da sociedade, seus instrumentos de comercialização para atendimento das demandas do agronegócio e da agricultura familiar. Esses instrumentos foram utilizados em 2012 em menor quantidade e valor do que definido nas metas, pela estiagem prolongada que assolou as lavouras todo o Ceará.

c) Classificação

A Sureg/CE não presta serviços de classificação de grãos, pela inexistência de laboratório adequado.

Produtos e serviços oferecidos que geram receitas próprias (% da receita líquida dos serviços – armazenagem de produtos agrícolas, leilão de terceiros e classificação, comercialização de produtos agrícolas dos estoques públicos, produtos de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários, etc.)

As Receitas Próprias de Armazenagem com Produtos Agrícolas geradas no âmbito da Sureg/CE, foram de R\$57.542,20. As demais receitas com esse serviço decorrem, em sua maior parte, da armazenagem de estoques públicos, que não geram receitas próprias porque são recursos do tesouro.

Outras receitas próprias são decorrentes da prestação de serviços com o armazenamento de diversos produtos das Prefeituras Municipais e de empresas privadas.

A falta de pessoal, de uma melhor estrutura física dos armazéns, ensacado e a granel, uma maior divulgação dos serviços de armazenagem, propiciaria um volume maior de receitas próprias, considerando que a Sureg/CE não tem concorrentes e o Estado necessita dessa estrutura para atender as demandas sociais, notadamente nos períodos de seca.

Principais clientes por produtos e serviços dos setores público e privado, discriminando nome/razão social, CNPJ e volume de operações

a) Principais clientes do setor público – comercialização

Quadro 6 – Principais Clientes do Setor

CNPJ	Razão Social	Produto	Quantidade(t)	Valor (R\$)
26461699036886	CIA. NAC. ABAST. - CONAB/CONT. OPÇÕES	MILHO/GRÃOS	131.695,386	57.084.528,95
26461699023989	CIA. NAC. ABASTECIMENTO - PGPM	MILHO/GRÃOS	11.568.427,097	7.160.712,54
26461699026490	CIA. NAC. ABAST. - CONAB/E. ESTRATÉGICO	MILHO/GRÃOS	1.051.863,200	2.400.201,87

b) Principais clientes do setor privado – comercialização

A Sureg/CE não prestou serviços de armazenagem ao segmento privado no exercício de 2012.

d) Principais clientes do setor privado – armazenagem

A Sureg/CE não prestou serviços de armazenagem ao segmento privado, no exercício de 2012.

3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA

3.1. Análise das principais ações ligadas à compra e a subvenção

Relação de produtos agrícolas que apresentaram preços abaixo do “Preço Mínimo” no exercício, bem como dados sobre sua relevância econômica e social para o País

Em razão da estiagem prolongada (seca), a safra foi prejudicada, comprometendo todas as culturas. Assim, devido ao fator climático, não houve excedente de produção, e os preços praticados pelo mercado ficaram bem superior os preços mínimos estabelecidos pela Conab.

Os preços mínimos fixados pela Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, é um instrumento importante para o setor agrícola, que propicia aos agricultores/produtores segurança e estímulo para o plantio e a comercialização da sua produção.

Principais critérios adotados para definição das intervenções no mercado por produto, bem como para a escolha do instrumento utilizado

Considerando o período de seca que atingiu todo o Estado, não houve necessidade da Sureg/CE intervir no mercado comprando a produção, posto que os preços de mercado estiveram acima do preço mínimo.

3.2. Análises dos Programas de Sustentação de Renda

3.2.5. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

Programa interministerial voltado ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país, com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e do Desenvolvimento Agrário-MDA. É executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos instrumentos de Compra Direta, Formação de Estoques da Agricultura Familiar e Doação Simultânea.

Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

Visando promover e fortalecer a segurança alimentar e nutricional no Ceará, a Sureg/CE aprovou projetos da Agricultura Familiar, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

Foram contemplados 44 dos 184 municípios, em todo território cearense, que contribuiu para melhorar a renda de 1.984 produtores e produtoras rurais, que venderam diversos produtos totalizando 2.394.656kg, no valor de R\$ 7.736.825,90, por meio do instrumento [TÍTULO 30 – COMPRA COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA – CDS.](#)

Quadro 7 – Dez maiores operações na CPR-Doação

Origem do Recurso	UF	Proponente	Valor (R\$)
MDS	CE	ASS. DOS PESCADORES DE JAGUARETAMA AMIGOS DO PEIXE	233.928,00
		ASS. DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO DISTRITO DO CEDRO	179.648,70
		ASS. DOS CRIADORES DE CAPRINOS E OVINOS DE CARIRÉ	157.365,00
		ASSOAPI - ASSOCIAÇÃO DOS APICULTORES DE IPU E PIRES FERREIRA/CE	156.701,20
		ASS. COMUN PROD. R. DO TRECHO PERENIZADO DO RIACHO DO TENENTE	152.746,90
		ASS. COMUNITÁRIA DOS MORADORES DA TABOCA	150.352,00
		ASSOC. DOS PRODUTORES RURAIS DO SÍTIO INGÁ	149.754,40
		ASSOC. COMUNITARIA DOS APICULTORES DO MURIA	149.674,50
		ASSOC. DOS MORADORES DE ITANS	149.394,35
		ASSOC. DOS PEQUENOS AGRICULTORES DE QUEBRA BRAÇO	148.499,00
Total.....			1.628.064,05

Fonte: Dipai/Supaf

Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício

A longa estiagem (seca), que assolou o Ceará em 2012, comprometeu sobremaneira a agropecuária, em especial, a agricultura familiar, reduzindo substancialmente a produção desse segmento.

Assim, devido ao fator climático, não houve produção suficiente que possibilitasse o aumento na contratação de projetos, provocando uma redução nos valores empregados, se comparado aos anos anteriores.

Os preços pagos pelo mercado, por conta da redução da oferta provocada pela estiagem, ficaram bem acima dos preços estabelecidos pela Conab, fazendo com que o agricultor optasse por vender seus produtos para o mercado.

A intervenção na gestão da Sureg/CE, foi outro fator que provocou a retração das entidades, impedindo-as de formalizarem os Projetos do PAA. As denúncias e as diversas irregularidades comprovadas com as fiscalizações efetivadas no campo, junto as Entidades Proponentes, ensejou medidas restritivas, propiciando uma falta de confiança mútua, que demandará um certo tempo para ser restabelecida.

Resultado financeiro geral

Mesmo considerando as dificuldades causadas pela seca e pela intervenção na gestão da Sureg/CE, o montante dos recursos despendidos na formalização com os projetos, pode ser considerado satisfatório.

Por outro lado, as Associações e Cooperativas não estão devidamente organizadas, e necessitam melhorar suas estruturas, diversificar e qualificar sua produção, objetivando se credenciarem a receber os recursos do PAA que são disponibilizados pela Sureg/CE.

4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO

4.1. Análise das principais ações ligadas à venda

Relação de produtos agrícolas que foram objeto de intervenção no mercado

O Milho em grãos foi o único produto utilizado pela Sureg/CE para intervir no mercado devido a seca que castigou todo o Ceará, para estabilizar o preço do mercado, mais de 100% do valor vendido, ou seja, enquanto a CONAB/CE vendia a saca de 60kg a R\$ 18,12, R\$ 21,00 e a R\$24,60, o mercado se aproveitava da falta do produto e cobrava de R\$45,00 a R\$ 55,00, dependendo da região.

Principais critérios adotados para definição das intervenções no mercado por produto, bem como para a escolha do instrumento utilizado

A seca prolongada desencadeou graves problemas no mercado, dentre eles a quebra em mais de 80% da produção e a subida dos preços dos produtos agrícolas no mercado, ficando bem acima dos preços mínimos praticados pelo governo; sendo esses, alguns dos fatores que impactaram a Sureg/CE de intervir no mercado para estabilizar os preços.

Essa subida dos preços pela falta do produto alcança outras variáveis da questão que; se por um lado remunera satisfatoriamente aquele produto de menor produção, conseqüentemente beneficia o agricultor mais estruturado na sua produção; por outro, encarece as rações e faz subir os custos dos criadores. Para amenizar a situação que gerou um cenário de desabastecimento, a Sureg/CE solicitou a remoção de parte dos estoques governamentais de milho em grãos da região centro oeste para o programa de Vendas em Balcão.

Essa ação minimizou, mas não sanou o flagelo considerado altíssimo de mortalidade dos rebanhos, calculado essa perda em mais de 50% dos animais, por fome e sede, causando um grande prejuízo para os criadores e uma baixa acentuada no número de animais.

4.2. Análises das ações de Venda Direta de Produtos com subvenção e sem subvenção

4.2.1. Venda em Leilão Público

Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

1. O Ceará não tem produção agrícola que exceda o consumo interno capaz de formar estoques públicos como acontece em outros Estados. Nesse caso, inexistindo estoques, não tem como ofertar venda em leilão.

Maiores operações na modalidade

Quadro 8 – Maiores operações de Vendas em Leilão Público

1	J MACEDO S/A	Trigo em Grãos/Industria	11.100	5.863.000,00
2	PORTO BRASIL IND. E COM. IMP E EXP. ALIMENTOS LTDA	Feijão	417	278.067,75
3	AGROCOOL LOGISTICA LTDA	Feijão	350	155.200,00
Total			11.867	6.296.267,75

Fonte: Dirab/Suope

4.2.2. Venda em Balcão

Permite o escoamento pulverizado de parte dos estoques públicos, favorecendo o acesso direto dos pequenos criadores rurais, agroindústrias de menor porte, entidades de classe e instituições de ensino e pesquisa aos produtos ofertados pela Conab, em igualdade de condições às obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

Para atender as demandas dos pequenos e médios criadores pelo produto milho em grãos, face a estiagem prolongada no Estado, a Sureg/CE obteve uma receita de R\$ 30.031.015,14 com a venda de 81.100t para atender 65.705 cadastrados no Programa Venda em Balcão.

No ano de 2012, devido a seca que atingiu todo o Ceará, causou perdas e uma redução substancial na produção agrícola do Estado. A Sureg/CE foi obrigada a remover mais de 80 mil toneladas de milho para vender aos pequenos e médios produtores rurais, cadastrados no Programa, a um preço bem abaixo do praticado no mercado, objetivando minimizar a mortalidade dos rebanho no campo, com risco de uma calamidade social inigualável na história recente do Estado.

Dez maiores operações na modalidade

Quadro 9 – Dez maiores operações de Vendas em Balcão

Ordem	Cliente	Produto	Quantidade negociada (ton)	Total da Operação(R\$)
1	Antonio Jose Santiago Pontes	Milho em grãos	13,98	5.731,80
2	Francisco Luciano Feijão	Milho em grãos	13,98	5.731,80
3	Inacio Cleto Rabelo	Milho em grãos	13,98	5.731,80
4	Joaquim Henrique de Matos	Milho em grãos	13,98	5.731,80
5	João Silva de Sousa	Milho em grãos	13,98	5.731,80
6	Rosa Lúcia Barbosa	Milho em grãos	13,98	5.731,80
7	Francisco Humberto Bezerra	Milho em grãos	13,98	5.731,80
8	Nicomedes Quental de Figueiredo	Milho em grãos	13,98	5.731,80
9	Francisco das Chagas Diogenes	Milho em grãos	13,98	5.731,80
10	Francisco Eni Lima de Andrade	Milho em grãos	13,98	5.731,80
Total			139,80	57.318,00

Fonte: Dirab/Supab

4.2.3. Valor para Escoamento do Produto – VEP

Subvenção econômica paga a um consumidor definido (avicultores, bovinocultores, caprinocultores, indústrias de ração e suinocultores), o qual adquire estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para uma região de consumo estabelecida em edital.

Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

Para socorrer os médios e pequenos criadores, a Sureg/CE removeu da região centro oeste, 31.188t de milho em grãos, resultado as vendas no valor de R\$30.031.015,00 e atendimento a 65.705 criadores cadastrados no Programa Venda em Balcão.

Dez maiores operações na modalidade

Quadro 10 – Dez maiores operações de VEP

Ordem	Arrematante	Produto	Quantidade Negociada (ton)	Total da Operação(R\$)
1	JOSÉ QUINTÃO DE OLIVEIRA	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	4.900	809.905,00
2	AVINE – COMERCIAL E AVÍCOLAS DO NORDESTE LTDA		3.900	585.380,00
3	CIALNE – CIA DE ALIMENTOS DO NORDESTE		3.000	504.000,00
4	CARLA BEZERRA LIMA QUENTAO		3.600	478.235,00
5	ATLÂNTICA AGROPECUÁRIA LTDA		3.000	431.100,00
6	GRANJAS SÃO JOSÉ S/A		2.500	411.060,00
7	ANTONIO AIRTON DE ARAÚJO CARNEIRO		2.000	393.540,00
8	NICOLAS ALENCAR VASCONCELOS		3.000	379.400,00
9	GRANJA SANTA LUCIA S/A		2.588	377.681,25
10	PACATUBA HORTIGRANJEIRO S/A		2.700	358.764,00
Total			31.188	4.729.065,25

Fonte: Dirab/Suope

Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício

No ano de 2012, devido a maior seca dos últimos 50 anos que assolou todo o Estado, a Sureg/CE se viu obrigada a intervir pesadamente no mercado, especificamente no abastecimento de milho, por ser uma das fontes importantes de alimento animal, impondo-se a necessidade de remover os excedentes de produção dos estados de Mato Grosso e Goiás, para o programa de Vendas em Balcão.

A operacionalização foi realizada através do Programa de Venda Balcão, contemplando o público-alvo, ou seja, o médio e o pequeno produtor rural cadastrados no programa. Os grandes desafios a serem superados, capazes de impactar o programa, é a ampliação e melhoramento da rede de armazéns no Estado, em condições de receber capaz de são propiciar uma estrutura física de armazéns que ofereçam condições para atender a demanda, como remoções de milho em quantidade suficiente para suprir as necessidades dos criadores, principalmente, em época de estiagens prolongadas, fenômeno que vem ocorrendo com mais frequência, comprometendo as lavouras, conseqüentemente, a produção local e as forragens para os animais.

Resultado financeiro geral

Quadro 11 – Demonstrativo Geral das Aquisições e Vendas dos Estoques

Comercialização	Instrumento	Produto	Quantidade (t)	Valor (R\$)
Aquisição	AGF	Sacaria (mil unid)	228.850,0	2.201.777,30
Total das Aquisições e Subvenções			228.850,0	2.201.777,30
Venda	Venda em Balcão	Milho em grãos	81.100	30.031.015,14
Subvenção	VEP	Milho em grãos	31.188	4.729.065,25
Total das Vendas e Subvenção			112.288	34.760.080,39
Resultado Geral			-116.562,0	32.558.303,09

O Ceará se caracteriza por ser um Estado importador de grãos, e no caso do período de chuvas ser considerado bom, o volume das remoções provenientes de outras regiões, notadamente do produto milho em grãos tende a diminuir. Em 2012, conforme já mencionado, foi um ano que

predominou uma estiagem prolongada, derrubando todas as estimativas da Safra 2012, deixando os estoques abaixo para abastecer o mercado interno.

5. ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO

As ações direcionadas a esse objetivo, representadas pelo Prohort e pela Refap, embora executadas pela Conab, com a edição do PPA 2012-2015, passaram a ser de responsabilidade orçamentária do MDS.

5.1. Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – Prohort

Visa fomentar o desenvolvimento do setor hortigranjeiro, em articulação com os mercados atacadistas e demais entidades diretamente envolvidas, contando com um banco de dados integrado e com ações de modernização e aperfeiçoamento dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa.

O banco de informações da Conab/Prohort sobre a comercialização de produtos nas centrais de abastecimento é composto por quatro base de dados, disponibilizadas no portal do Prohort www.ceasa.gov.br.

- **Preços diários:** preço mais comum de comercialização dos 48 principais produtos comercializados nas ceasas brasileiras, sendo esses atualizados diariamente ou nos dias fortes de comercialização de cada mercado;
- **Preços médios:** utiliza os preços diários dos 48 principais produtos comercializados, apresentados na página principal do portal do Prohort;
- **Siscom:** contém informações sobre a movimentação física e financeira por grupos de produtos hortigranjeiros, cereais e produtos diversos, por meio de gráficos e relatórios;
- **Simab:** contém informações detalhadas referentes à quantidade de produtos ofertados, origem desses produtos e preço médio de comercialização.

O Ceará conta com 2 (duas) Ceasas do segmento dos Mercados Hortigranjeiros, sendo que somente uma é integrada ao Banco de Dados, contando com atualização dos preços diários e médios, e vinculada ao Siscom. A interlocução das Ceasas do Ceará acontece diretamente com a Diretoria de Abastecimento da Conab na Matriz.

Análise sobre os principais resultados do Prohort: número de varejistas cadastrados, número de fornecedores organizados

A Sureg/CE não teve nenhuma nenhuma ação relação ao Prohort em 2012. Atualmente as atividades estão concentradas no PNA - Plano Nacional de Abastecimento e possibilidade de criar uma diretoria para atender as Ceasas.

Número e valores financeiros de transações comerciais efetivadas por tipo de produtos e principais mercados abrangidos por Estado (nos Estados em que o Prohort é operacionalizado).

Não foi registrado nenhum valor referente a comercialização em 2012.

5.2. Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – Refap

A ação é coordenada pela Conab, com o objetivo de fortalecer as unidades varejistas filiadas, a partir da expansão e qualificação empresarial, ampliando o comércio local, com reflexo no aumento de arrecadação e emprego nos municípios brasileiros.

Análise sobre os principais resultados da Refap: número de varejistas cadastrados, número de Centrais de Negócios formadas

As ações da Sureg/CE registraram o cadastramento de 28 (vinte e oito) Varejistas, 02 (duas) Centrais de Negócios, sendo uma formada e a outra em processo de formação.

Ações realizadas para a formação das Centrais

As ações buscando a formação de novas centrais acontece de forma lenta, devido as dificuldades encontradas, dentre elas se destacam a falta de produtos, de pessoal e meios de locomoção.

A relevância do Refap é destacada pela abrangência das ações que ele incorpora: consciência do associativismo, compras em conjunto, organização das lojas, produtos com preços competitivos, aumento do volume de negócios e maior frequência das famílias comprando, publicação (encartes) de divulgação dos produtos e aumento do poder de barganha dos varejistas junto aos fornecedores.

5.3. Principais indicadores de desempenho

Quadro 12 – Indicadores de Desempenho

1 Nome do Indicador: Percentual de mercados atacadistas hortigranjeiros integrados à base de dados Conab/Prohort

Objetivo do Indicador: Estimar o percentual de mercados atacadistas hortigranjeiros integrados à base de dados Conab/Prohort

Tipo: Eficácia

Área Responsável: Geope

Fórmula de cálculo e método de medição: $(MI/Mp)*100$ onde MI=Mercados Integrados à base de dados e Mp=N. de mercados previstos para integração à base de dados. A base de dados compõe-se de um sistema integrado que contém informações sobre os preços praticados diariamente nos mercados, volume físico e financeiro de comercialização e origem dos produtos ofertados, sendo estas informações fornecidas pelos mercados que integram o sistema e disponibilizadas on-line no site www.ceasa.gov.br.

Base geográfica: UF e Brasil

Periodicidade: Mensal e anual

Fonte dos dados: Mercados Atacadistas (Ceasas)

Evolução dos resultados do Indicador:

Meta p/ o exercício de 2012

Resultado nos anos anteriores

Prevista	Realizada	2011	2010	2009
100	50	50	-	-

Análise crítica do resultado do indicador em 2012:

2 Nome do Indicador: Evolução de Varejistas Cadastrados em Centrais de Negócios

Objetivo do Indicador: Acompanhar a evolução dos varejistas cadastrados e filiados às Centrais de Negócios

Tipo: Eficácia

Área Responsável: Geope

Fórmula de cálculo e método de medição: Número de Varejistas Cadastrados. Centrais de Negócios são associações que reúnem grupos de varejistas com o objetivo de empreender ações para o fortalecimento de seus negócios.

Base geográfica: Regiões Norte e Nordeste

Periodicidade: Trimestral e anual

Fonte dos dados: Geope

Evolução dos resultados do Indicador:

Meta p/ o exercício de 2012

Resultado nos anos anteriores

Prevista	Realizada	2011	2010	2009
-	28	-	-	-

Análise crítica do resultado do indicador em 2012:

Em 2012 foi inserida a Ceasa de Tianguá no banco de dados da Conab/Prohort, atingindo a meta prevista para o ano em relação ao estado do Ceará. A Ceasa de Maracanaú foi inserida no sistema em 2011.

6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

6.1. Armazenagem de Produtos Agrícolas

Análise sobre os principais resultados da prestação de serviços de armazenagem de produtos agrícolas

Quantidade física e financeira de produtos de terceiros armazenados pela Conab por produto, por classificação e por Estado da Federação (saldo ao final do exercício)

Quadro 13 – Estoque de Terceiros Armazenados nas Unidades Próprias

Produto	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
ACUCAR	7,5	19.193,85
ARROZ	4,0	8.841,80
BEBIDAS	1,2	6.102,04
LATICINIOS	0,3	3.411,68
OLEOS VEGETAIS	0,1	498,60
OUTROS PRODUTOS ALIMENTICIOS	7,3	45.155,10
	20	83.203,07

Fonte: Suarm/Gearm e Unidades Armazenadoras

O montante dos estoques de terceiros armazenados nas Unidades Armazenadoras da Sureg/CE são insignificantes para a capacidade estática disponibilizada de 56.400t. A pouca procura pela iniciativa privada se deve a falta de recursos para divulgar a prestação desses serviços pela CONAB. A falta de capacitação para o pessoal das Unidades Armazenadoras é outro fator limitante do valor acima auferido.

O aumento volumoso de novos cadastros no Programa Venda em Balcão, e o quadro reduzido de pessoal, comprometeu a eficiência em outras atividades nas Unidades Armazenadoras; o fluxo de pessoas, documentos, cumprimento do cronograma, ficaram impactados. Esse aumento significativo no Programa Venda em Balcão vai requerer um aumento no quadro de pessoal, sob pena de não atender satisfatoriamente a sociedade.

Avaliação geral da qualidade dos estoques armazenados

Não foi registrado nenhuma alteração na qualidade dos produtos armazenados na Sureg/CE, durante o exercício de 2012.

Faturamento total com serviços de armazenagem; Demonstração do resultado financeiro das operações de armazenagem de produtos agrícolas

Quadro 14 – Resultado dos Serviços de Armazenagem

Discriminação	Valor	%
Receita de Vendas e Serviços	57.542,20	-5,32
Receita de Vendas	0,00	0,00
Receita de Serviços	57.542,20	-5,32
-Deduções das Receitas de Vendas e Serviços	-2.055,31	0,19
=Receita líquida de vendas e serviços	55.486,89	-5,13
-Custo Líquidos das Vendas e Serviços	0,00	0,00
=Lucro bruto operacional	55.486,89	-5,13
-Despesas Operacionais	-35.000.130,32	3.234,99
Despesas de Pessoal	-28.897.470,07	2.670,93
Despesas Financeiras	0,00	0,00
Despesas Comerciais e Administrativas	-6.102.660,25	564,06
Receitas Operacionais Diversas	33.857.946,30	-3.129,42
Resultado Não Operacional	4.773,08	-0,44
Resultado	-1.081.924,05	100,00

Fonte: Diafi/Sucon

As Receitas de Vendas e Serviços não traduzem a realidade dos serviços realizados, visto que o maior depositante é o próprio governo federal, e as receitas desses serviços não são cobrados junto ao tesouro.

7. ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO

7.1. Análise sobre a situação dos armazéns utilizados pela Conab

Capacidade estática de armazenagem dos armazéns próprios da Conab

Quadro 15 – Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns

Unidade Armazenadora	N.º de Armazéns	Capacidade (Em ton)	Total da Capacidade	Média de Ocupação	% de Ocupação
		Convencional			
CRATEUS	1	3.300	3.300	881	26,70
ICÓ	1	3.000	3.000	702	23,39
IGUATU	1	3.500	3.500	1.046	29,87
JUAZEIRO DO NORTE	1	4.900	4.900	1.587	32,39
MARACANAÚ	4	30.200	30.200	4.645	15,38
RUSSAS	1	3.500	3.500	338	9,67
SENADOR POMPEU	1	3.200	3.200	548	17,13
SOBRAL	1	4.800	4.800	301	6,27
Total	11	56.400	56.400	10.048	17,8

Fonte: Sicarm

No Estado do Ceará, predomina o clima seco na maior parte do ano, que influencia a baixa produção agrícola, se comparada ao centro oeste, sul e sudeste do Brasil. Quando acontece de passar por um período de seca prolongado, com o que ocorreu em 2012, a produção cai substancialmente, inexistindo assim, demanda por armazéns para estocar produtos.

O índice de ocupação por tonelada dos armazéns, aumenta ou diminui, conforme quadro acima, quando a Sureg/CE consegue remover grandes quantidades do produto milho em grãos, da região centro oeste, para atender os médios e pequenos produtores rurais cadastrados no Programa Venda em Balcão.

A rede de armazéns da rede privada é muito pequena, e não tem nenhuma influência no índice de ocupação, já que a Sureg/CE nunca contratou esses serviços.

Da mesma forma, as tarifas praticadas pelas Unidades Armazenadoras não impactam nos índices de ocupação dos armazéns, considerando que a Conab não tem concorrente no segmento no Ceará.

As Unidades Armazenadoras da Sureg/CE estão estrategicamente localizadas nas principais regiões produtoras do Estado.

Quantidade física e financeira de produtos agrícolas estocados por tipo e por Estado em armazéns próprios da Conab (estoques públicos)

Quadro 16 – Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias

Produto	Tipo	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
ARROZ BENEFICIADO TIPO 2	2	61.120	101.031,36
ARROZ LONGO FINO BENEFICIADO TIPO 2	2	42.210	86.336,33
FEIJAO ANAO CORES TIPO 2	2	95.949	373.159,83
MILHO EM TIPO	-	3.559.381	4.405.886,40
T o t a l		3.758.660	4.966.413,92

Fonte:

Os maiores depositantes públicos que usam os serviços de armazenagem da Conab no Ceará, são a própria Conab - Estoque Estratégico, AGF – com os produtos milho em grãos do Programa Venda em Balcão e a Sacaria de polipropileno mas a Prefeitura Municipal de Maracanaú, que contrata os serviços da UA/Maracanaú para guardar os produtos da merenda escolar.

Os produtos estocados nos armazéns da Sureg/CE, não tiveram nenhum registro de perda de qualidade. O milho em grãos recebidos tem grande rotatividade, ou seja, demora pouco tempo no armazém. O mesmo acontece com os produtos da Prefeitura de Maracanaú.

Quantidade física e financeira de produtos agrícolas estocados em armazéns contratados

A rede de armazéns própria da Conab/CE tem se mostrado - ao longo dos anos - suficiente para atender a produção agrícola no Estado, considerando que a iniciativa privada pouco usa dos serviços de armazenagem. Desse modo, a Sureg/CE não contratou nenhum serviço em armazéns da rede privada no exercício de 2012.

Avaliação geral da situação física dos armazéns, considerando o disposto no Decreto nº 3.855/2001 ([regulamenta a Lei de Armazenagem](#))

a) Principais problemas

Falta de pessoal tecnicamente qualificado; de recursos para manutenção das estruturas, da aquisição de novos equipamentos, da pavimentação, interna e externa, da limpeza, da ampliação, com a condição de receber e e também expedir produtos a granel.

Aumento substancial da dotação financeira mensal para os Gerentes das Unidades Armazenadoras contratarem materiais e serviços.

b) Demanda por manutenção

Há muito tempo que as Unidades Armazenadoras necessitam de manutenção em todas suas estruturas operacionais; desde acesso ao pátio da Unidade, sinalização, balança rodoviária, EPIs, portas, piso, extintores, teto, circulação de ar, veículo e, no âmbito administrativo: reforma e recuperação total dos escritório, recepção, substituição de mesas, cadeiras, recuperação dos banheiros.

c) Valor gasto para manutenção de armazéns próprios

Os valores gastos foram com aquisição de máquinas de costura sacaria (boca) para transformar o produto de a granel para ensacado.

Também houve dispêndio com serviços de aferição de balança.

Quadro 17 – Obras realizadas nas Unidades Armazenadoras

Unidade Armazenadora	Obra/Serviço/Equipamento	Corrente	Capital	Restos a Pagar não Processado		Total Geral
				Corrente	Capital	
UA Maracanaú	Aquisição de 3 (três) máquinas de costurar sacaria					
UA Russas	Aquisição de 3 (três) máquinas de costurar sacaria					
UA Juazeiro do Norte	Aquisição de 3 (três) máquinas de costurar sacaria					
UA Senador Pompeu	Aquisição de 3 (três) máquinas de costurar sacaria		10.950,00			10.950,00
UA Icó	Aquisição de 3 (três) máquinas de costurar sacaria					
UA Iguatu	Aquisição de 3 (três) máquinas de costurar sacaria					
UA Sobral	Aquisição de 3 (três) máquinas de costurar sacaria					
UA Crateús	Aquisição de 3 (três) máquinas de costurar sacaria					
UA Sobral	Serviço de aferição de balança	1.200,40				
UA Crateús	Serviço de aferição de balança	2.222,80				2.222,80
Total		3.423,20	10.950,00	0,00	0,00	14.373,20

Fonte: Siafi

d) Plano de investimentos para colocar os armazéns próprios da Conab em conformidade com os critérios de habilitação descritos na IN Mapa 12/2009

Quadro 18 – Certificação das Unidades Armazenadoras Próprias
CERTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS PRÓPRIAS DIAGNÓSTICO –
PREVISÃO 2014

MARACANAÚ – CE

Capacidade estática: 30.200	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Terminal	
	Obras	Custos	Obrigatoriedades
Pavimentação		1.330.000	O4
Recinto de Análise		45.000	O1
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000	O4
Sinalização de trânsito		3.000	O4
Sistema de combate a incêndio		390.000	O4
Sistema de Movimentação de Produto		20.000	O1
TOTAL			1.833.000

ICÓ – CE

Capacidade estática: 3.000	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Coletora	
	Obras	Custos	Obrigatoriedades
Local para guarda de Agrotóxico		35.000	O1
Pavimentação		50.000	O3
Recinto de Análise		45.000	O1
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000	O4
Sinalização de trânsito		3.000	O3
Sistema de combate a incêndio		95.000	O4
Sistema de Movimentação de Produto		20.000	O1
TOTAL			293.000

IGUATU – CE

Capacidade estática: 3.500	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Coletora	
	Obras	Custos	Obrigatoriedades
Local para guarda de Agrotóxico		35.000	O1
Pavimentação		50.000	O3
Recinto de Análise		45.000	O1
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000	O4
Sinalização de trânsito		3.000	O3
Sistema de combate a incêndio		95.000	O4
Sistema de Movimentação de Produto		20.000	O1
TOTAL			293.000

JUAZEIRO DO NORTE – CE

Capacidade estática: 4.900	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Coletora	
	Obras	Custos	Obrigatoriedades
Local para guarda de Agrotóxico		35.000	O1
Recinto de Análise		45.000	O1
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000	O4
Sinalização de trânsito		3.000	O3
Sistema de combate a incêndio		95.000	O4
Sistema de Movimentação de Produto		20.000	O1
TOTAL			243.000

RUSSAS – CE

Capacidade estática: 3.500	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Coletora	
Obras		Custos	Obrigatoriedades
Local para guarda de Agrotóxico		35.000	O1
Pavimentação		50.000	O3
Recinto de Análise		45.000	O1
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000	O4
Sinalização de trânsito		3.000	O3
Sistema de combate a incêndio		95.000	O4
Sistema de Movimentação de Produto		20.000	O1
TOTAL			293.000

SENADOR POMPEU – CE

Capacidade estática: 3.200	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Coletora	
Obras		Custos	Obrigatoriedades
Local para guarda de Agrotóxico		35.000	O1
Recinto de Análise		45.000	O1
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000	O4
Sinalização de trânsito		3.000	O3
Sistema de combate a incêndio		95.000	O4
Sistema de Movimentação de Produto		20.000	O1
TOTAL			243.000

SOBRAL – CE

Capacidade estática: 4.800	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Coletora	
Obras		Custos	Obrigatoriedades
Local para guarda de Agrotóxico		35.000	O1
Pavimentação		50.000	O3
Recinto de Análise		45.000	O1
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000	O4
Sinalização de trânsito		3.000	O3
Sistema de combate a incêndio		95.000	O4
Sistema de Movimentação de Produto		20.000	O1
TOTAL			293.000

Capacidade estática dos armazéns cadastrados pela Conab, comparando com a demanda anual por armazenagem, por produto e por Estado

Quadro 19 – Capacidade Estática de Armazenagem x Demanda

UF	N.º UA	Capacidade Estática (mil ton)			Produto	Quantidade (mil ton)	Demanda %
		Convencional	Granel	Total			
CE	102	216,2	130,5	346,8	Algodão	0,10	49,6
					Amendoim	0,20	
					Arroz	61,90	
					Feijão	32,90	
					Girassol	0,10	
					Mamona	2,70	
					Milho	73,90	
					Sorgo	0,10	
					Total Produção	171,90	

Fonte: Dirab/Suarm e Boletim do 12º Levantamento de Safras (set/12)

Ações de capacitação de mão-de-obra do Setor Armazenador

Encontra-se suspenso temporariamente, pela necessidade de implementação de novos controles e regularização administrativa do CENTREINAR, que já foi implementada pelo Conselho Diretor constituído pelos representantes da CONAB e da UFV Órgão responsável pela execução dessa ação, por meio de Convênio CONAB e a FUNARBE.

7.2. Análise das ações de fiscalização de estoques públicos

Quantidade de funcionários alocados em atividade de fiscalização de armazéns e estoques públicos

O processo de fiscalização dos estoques públicos da PGPM, da agricultura familiar, dos instrumentos de subvenção, do seguro rural, do acompanhamento das operações de remoção, do cadastramento de unidades armazenadoras e da vistoria dos estoques privados, estão sob a coordenação da Sufis/Matriz, complementada com Fiscais da CONAB/CE.

A Sureg/CE conta em seu quadro de pessoal com 3 (três) fiscais. Para fiscalizar satisfatoriamente as operações desenvolvidas pela Regional, o quadro mínimo seria de 10 (dez) técnicos.

Número de ocorrências de divergências entre o volume contabilizado pela Conab em suas bases de dados e o estoque físico averiguado pelos fiscais, por produto e por Estado; Quantidade física e financeira de perdas de produtos agrícolas em estoques públicos; Quantidade física e financeira de produtos agrícolas averiguada em eventuais desvios em estoques públicos

A Sureg/CE teve como registro, a perda 0,5t. As perdas ocorrem devido a quebra técnica, processo de armazenamento, e nesse enquadramento, estão dentro da admissibilidade, sendo que é aberto Procedimento Administrativo para apurar o fato.

Quantidade de armazéns descredenciados no exercício

Avaliação física geral dos armazéns contratados pela Conab

Saldo de débitos relativos à desvios ou perdas em estoques públicos; valores recuperados em perdas ou desvios em estoques públicos; valores ajuizados em razão de débitos relativos à desvios ou perdas em estoques públicos

Não se registrou nenhuma ocorrência de desvios, perdas nos estoques públicos, descredenciamento de armazéns, considerando que não foi contratado nenhum armazém da rede privada.

7.3. Análise das ações de movimentação de estoques públicos

Demanda por movimentação de estoques por unidade armazenadora, relacionando os volumes físicos e financeiros mais expressivos, com destaque para os motivos de movimentação de estoques; Valores gastos com fretes

A Sureg/CE recebeu remoção do produto milho em grãos a granel de 2 (dois) Estados da Região centro oeste: de Goiás foram contratadas 14.000t, removida 11.912,8t, cancelada 1.954,4t ao custo de R\$ 3.706.830,00; já do Mato Grosso foram contratadas 75.500,5t, removida 43.037,1t, cancelada 4.092,5 t ao custo de R\$ 30.023.764,11.

Impacto nas regiões em que os estoques foram removidos e nas regiões que receberam os estoques, destacando o tipo de produto e reflexos na cadeia produtiva local

As remoções pelos números apresentados acima, se mostraram grandiosas, mas não o suficiente para satisfazer os criadores, visto que só podiam comprar parte do consumo mensal definido no cadastrado técnico.

Mesmo com as remoções de milho que atingiu quase todo o Ceará, não foi possível provocar a baixa dos preços exorbitantes praticados pelo mercado.

Quando faltava milho nas Unidades Armazenadoras e Polos da Sureg/CE, devido a diversos problemas que se registraram nessa operação de remoção, o mercado cobrava por um valor superior a 150% dos valores definidos pela CONAB/CE.

8. GESTÃO TECNOLÓGICA

8.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

As ações de TI na Conab têm como diretriz básica o Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação – PMTI, criado em 2004 e em execução desde então.

O PMTI é o carro-chefe da Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação da Conab e principal iniciativa de sustentação do objetivo – Prover a Companhia de Infraestrutura de TI Atualizada – constante no Mapa Estratégico da Conab. Além disso, é uma das iniciativas para suporte a boa parte de outros objetivos estratégicos, evidenciando assim o alinhamento das ações de TI e a importância destas como fator crítico de sucesso na execução de sua estratégia organizacional.

Tais ações, incluindo Segurança da Informação, Desenvolvimento e Produção de Sistemas, Contratação e Gestão de bens e serviços de TI, entre outras, são centralizadas na Matriz, tendo como diretriz o planejamento da área de TI para o respectivo exercício, obedecendo à legislação pertinente e aos procedimentos legais e observando a disponibilidade orçamentária e financeira para o período. Tanto que o Comitê formalmente designado para auxiliar nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativo de Tecnologia da Informação funciona no âmbito da Matriz, a quem compete adotar providências e proceder as devidas orientações às Superintendências nos Estados.

Cabe à Regional apenas a manutenção dos equipamentos e eventuais.

A Sureg/CE carece de um parque computacional compatível com as demandas cada vez maiores e mais volumosa, em se tratando de agricultura empresarial e familiar.

Se levarmos em conta o aumento significativo dos números do Programa Venda em Balcão, em mais de 400%, concomitantemente, a Superintendência teria que ter um reforço substancial, quantitativo, de novos equipamentos capaz de processar com maior velocidade as informações e os processos consequentes da atividade.

A quantidade e qualidade dos equipamentos existentes são insuficientes para cumprir a missão da Regional. A maioria dos equipamentos utilizados pelas Unidades Armazenadoras foram cedidos, em parte pelo Governo do Estado, via Ematerce; pelas Prefeituras, por meio de suas Secretarias municipais; pelos Sindicatos ou pelas Entidades de classe.

A Sureg/CE não dispõe, no seu quadro de pessoal, de técnicos suficiente e qualificados para fazer a manutenção dos seus equipamentos de informática. Da mesma forma, não existe nenhuma empresa contratada para dar suporte técnico-operacional.

Mesmo considerando as transferências recentes de alguns equipamentos da Matriz, na média, o parque computacional da Sureg/CE pode ser considerado superado para atender a demanda crescente das atividades de rotina.

9. GESTÃO ESTRATÉGICA

9.1. Análise da implantação do Plano de Gestão Estratégica da Empresa

Estágio de implantação da Gestão estratégica, destacando métodos de aferição e resultados Desenvolvimento de objetivos, indicadores, metas e principais iniciativas Estratégia de alinhamento com o plano de gestão estratégico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Com a descontinuidade do planejamento estratégico, conforme abordado no capítulo 1, restou prejudicado o acompanhamento da gestão com base na metodologia anteriormente implantada e com o suporte de ferramenta de informática atualizada, a qual permitiria explicitar os resultados por meio de indicadores apurados e a respectiva visualização de metas atingidas .

Contudo, em 2012, a Conab foi inserida no processo de planejamento estratégico do MAPA, nosso Ministério supervisor, no bojo do Plano de Ação para a Agropecuária Sustentável-PAAS/MAPA, mediante a inclusão de um conjunto de resultados estratégicos a serem alcançados pela Companhia, tendo como respaldo o Plano Plurianual - PPA para o período 2012 a 2015.

Atendendo a esse propósito, os Superintendentes da Matriz foram mobilizados para a identificação de ações ou novos projetos que se caracterizassem como estratégicos, tendo em vista o alcance de resultados e desafios futuros, e tendo como suporte o Plano Plurianual. Desse esforço resultaram alguns projetos que, selecionados à luz das ações consignadas no PPA, com respectiva previsão orçamentária, buscaram alinhar-se a 3 macro resultados daquele Ministério, com previsão para monitoramento concomitante às reuniões de análises estratégicas do MAPA.

Os macro resultados nos quais a Conab buscou inserir-se foram: Excelência Administrativa; Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio; Agregação de Valor na Produção Agropecuária.

A partir da definição de um conjunto de 6 resultados e 14 projetos, associados aos citados macro processos, a Conab optou por 3 Resultados Estratégicos, compostos por 7 projetos correspondentes, para efeito de acompanhamento e monitoramento por aquele Ministério. Os demais resultados foram acompanhados em nível interno, por serem considerados de gestão ou ainda por necessitarem de definição mais clara quanto ao vínculo orçamentário, embora todos concorram para a implementação da estratégia organizacional.

Para os três resultados escolhidos – Quadro de Pessoal Redimensionado; Armazéns Próprios Ampliados e Certificados; Subsídios à Formulação das Políticas Agrícolas e de Abastecimento Aperfeiçoadas – foram definidos os objetivos estratégicos relacionados, os projetos que a eles se vinculam, os responsáveis, os impactos e riscos para sua implementação, os produtos, assim como os indicadores de desempenho específicos.

Alguns desses projetos contam com a participação das Regionais para sua implementação, sendo eles: Ampliação da Capacidade Estática da Rede Armazenadora; Certificação de Unidades Armazenadoras Próprias; Aperfeiçoamento e Disponibilização de Informações sobre Safras; Nova Metodologia de Coleta de Preços Agropecuários; Estudo das Perdas Qualitativas e Quantitativas no Transporte e na Pós-Colheita de Grãos; Apoio às Centrais de Unidades Varejistas; Implantação de Unidades de Serviço de Abastecimento Móvel Fluvial.

O monitoramento desses projetos, contudo, esteve restrito à Matriz, que foi quem conduziu e implementou as etapas iniciais, demandando informações das Suregs ou devendo envolvê-las no processo oportunamente, tendo em vista que a maioria dos projetos é de médio prazo, variando de 3 a 5 anos, cujos resultados serão evidenciados mais à frente e para os quais deverá ocorrer o devido acompanhamento.

11. GESTÃO DE PESSOAS

11.1. Alocação de Servidores

Apresentar estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes à alocação de servidores em departamentos ou setores em que sua experiência profissional e formação possam ser melhor aproveitados

11.1– Alocação de Servidores

Conforme estabelecido no Regulamento de Pessoal, o ingresso de servidores nos quadros da Companhia é realizado por meio de concurso público, ressalvadas as nomeações para as funções gratificadas nos cargos de assessoramento aos Diretores e nos cargos subordinados diretamente ao Presidente.

Vários concursos foram realizados a partir de 2005 para preenchimentos de vagas identificadas mediante levantamentos de necessidades. É de competência da Matriz a decisão para a contratação de novos servidores.

Para a alocação dos empregados é observada a necessidade da área demandante, as competências regimentais do cargo e a experiência e aptidões do empregado. Em decorrência, e principalmente para o melhor aproveitamento das competências profissionais

11.2. Comunicação na Instituição

Apresentar a estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes às ações destinadas a comunicação de informações importantes para a Instituição

A Companhia se utiliza de vários meios de comunicação para divulgar as informações, tanto de interesse do público interno, bem como do público externo, conforme demonstrado a seguir:

Público Interno

Aqui Entre Nós – Este é um jornal informativo que tem sua periodicidade semanal e tem uma média de 03 a 04 informações que aborda assuntos voltados para os interesses da Empresa extensivo a todas as Regionais e seus empregados, tais como: realização de palestras, cursos. As informações podem ser impressas com exposição em murais ou só leitura direto na intranet.

Correio Eletrônico – por meio deste veículo as informações saem de forma mais imediata, visto que está acessivo para uso por qualquer empregado, inclusive os que encontram-se cedidos a outros órgãos ou licenciados. É utilizado em todas as Superintendências Regionais.

Intranet – Desde o ano de 2000 que este veículo vem contribuindo para a divulgação de informações importantes e necessárias da Companhia. Destacamos regulamentos, normativos, conjunturas, avisos e outros comunicados julgados importantes.

Internet – Neste veículo tanto atende ao público interno quanto ao externo. São divulgadas as informações que visam também dar amplo conhecimento à sociedade das ações realizadas pela Companhia.

Público Externo

A comunicação das informações para este público acontece por meio da internet, redes sociais e Balanço Social.

11.3. Clima Organizacional e Ambiente de Trabalho

Apresentar a estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes às ações destinadas a melhorar o clima organizacional da Instituição e o ambiente de trabalho

As diretrizes para esta ação são de competência da Matriz. No entanto a Sureg/CE, visando o bem estar dos empregados e melhorar a eficiência na realização das tarefas, realiza palestra, reuniões e outros tipos de incentivos que contribuam com a melhoria organizacional.

Apesar do esforço dos gestores, a deficiência de recursos orçamentários são pontos impeditivos para maiores ações.

11.4. Ações de Conhecimento e Aprendizagem

Apresentar a estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes às ações de disseminação de conhecimento, aprendizagem, entre outras

No ano de 2012 a Sureg realizou vários eventos voltados para a capacitação dos empregados da Sureg e suas unidades localizadas no interior do Estado. Os empregados utilizando os conhecimentos adquiridos nos curso de Pós-Graduação, realizaram palestras visando repassar aos demais empregados novos conhecimentos de interesse da Companhia, com destaques para as apresentações a seguir:

“A CONAB e as Estratégias de Apoio à Comercialização de Pequi no Estado do Ceará”, “Lei de Responsabilidade Fiscal e os Restos a Pagar” e “Programa de Desenvolvimento de Equipes”. Durante o exercício foram beneficiados 270 treinandos para diversas áreas voltadas para as atividades da Companhia. Buscando aumentar a qualidade da realização das suas atividades, a Conab incentiva os seus empregados a retomarem a vida acadêmica, a Conab por meio de cursos de especialização, pós-graduação e doutorado, desde que voltados para os objetivos da Companhia.

11.5. Informações sobre recursos humanos da Conab

Composição do quadro de servidores ativos

A força de trabalho da Sureg/CE, no exercício de 2012, era constituído por 254 (duzentos e cinquenta e quatro) empregados.

Durante o exercício de 2012 ocorreram 02 demissões das quais 01 por aposentadoria e outra por falecimento.

No mesmo exercício, a superintendência recebeu 02 (dois) servidores transferidos da Sureg/RN e Sureg/PI; sendo um lotado na sede da Sureg/CE e o outro, na Unidade Armazenadora de Sobral/CE.

Há situações que reduzem a força de trabalho no âmbito da Sureg/CE, que são os 33 (trinta e três) empregados cedidos, por força da Lei N° 10.470 de 25/06/2002.

Referente a estrutura de cargos comissionados, a Sureg/CE contou em 2012, com a seguinte movimentação: 27 (vinte e sete) comissionados efetivos; 24 (vinte e quatro) ingressaram e 21 (vinte um) deixaram de exercer as funções.

Quadro 20 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Empregado de Cargo Efetivo	1	1	22	133	57
1.1. Em Cargo de Carreira	1	1	22	133	57
2. Empregado em Função Gratificada	0	3	7	26	4
2.1. Cargos de Carreira		3	7	26	4
3. Totais (1+2)	1	4	29	159	61

Fonte: Dige/Sugep

A Companhia desde 2005 vem realizando concurso público para suprir as necessidades no seu quadro (Matriz e Regionais) a proporção das necessidades identificadas por meio de levantamentos específicos em suas atividades.

A Sureg/CE contava no exercício de 2012, incluídos os concursados a partir de 2005, com 254 empregados, dos quais 62% representam a faixa etária entre 51 e 60 anos. Os empregados acima de 60 anos representam 24% do quadro da Regional. Portanto os novos conhecimentos trazidos pelos concursados somados às experiências dos empregados mais antigos trazem um equilíbrio para as atividades. A Sureg/CE conta hoje com equilibrando assim novos conhecimento com as experiências adquiridas pelos empregados mais antigos que estão em plena condição de realização das suas atividades.

Quadro 21 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade													
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
1. Empregado de Cargo Efetivo	1	29	8	24	19	0	84	0	35	12	0	1	0	1
1.1. Em Cargo de Carreira	1	29	8	24	19		84		35	12		1		1
2. Empregado em Função Gratificada	0						18	1	10	10	1			
2.1. Cargos de Carreira							18	1	10	10	1			
3. Totais (1+2)	1	29	8	24	19	0	102	1	45	22	1	1	0	1

LEGENDA - Nível de Escolaridade: 1 - Analfabeto; 2 - 4ª série incompleta; 3 - 4ª série completa; 4 - 5ª a 8ª incompleta; 5 - 1º grau completo; 6 - 2º grau incompleto; 7 - 2º grau completo; 8 - superior incompleto; 9 - superior completo; 10 - Pós-Graduação; 11 - Mestrado; 12 - Doutorado; 13 - PHD; 14 - mestrado s/ defesa de tese.

Fonte: Dige/Sugep

A Conab a partir de 2005, mediante as necessidades identificadas com base em levantamentos, vem realizando concurso público para contratação de servidores. A empresa visando melhorar a qualificação de seu quadro, vem priorizado a contratação de empregados de nível superior, desde que sua formação esteja voltada para suas atividades. No ano de 2012 a Sureg/CE contava com 28% de empregados de nível superior em relação ao total de seu quadro.

Composição do quadro de estagiários**Quadro 22 – Composição do Quadro de Estagiários**

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no Exercício (em R\$1,00)
	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre	
1. Nível Superior	12	12	0	11	91.834,55
1.1 Área Fim	8	8		8	
1.2 Área Meio	4	4		3	
3. Total (1+2)	12	12	0	11	94.834,55

Fonte: Dige/Sumoc

Custos associados à manutenção dos recursos humanos

Quadro 23 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis (em R\$)						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provento em Comissão										
Exercícios	2010	13.830.481,52	-	2.448,00	18.375,00	2.855.089,02	-	456.350,18	-	17.162.743,72
	2011	15.130.348,60	-	2.628,00	5.859,00	2.815.011,26	-	-	-	17.953.846,86
	2012	20.621.790,34	-	11.082,00	-	3.025.411,30	-	500.729,12	-	24.159.012,76
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença										
Exercícios	2010	1.635.261,65	-	-	-	431.504,42	-	25.590,74	-	2.092.356,81
	2011	1.917.735,15	-	-	-	415.346,77	-	-	-	2.333.081,92
	2012	2.381.229,65	-	-	-	470.707,88	-	59.150,57	-	2.911.088,10
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas										
Exercícios	2010	4.094.504,36	-	1.207.291,40	-	1.575,00	415.062,06	-	183.208,06	5.901.640,88
	2011	5.493.879,62	-	1.208.097,14	436,00	-	506.541,98	-	-	7.208.954,74
	2012	5.806.599,14	-	1.363.660,26	-	15.975,00	566.119,26	-	155.854,20	7.908.207,86

Fonte: Digeop/Sugep

Houve uma evolução de 27,22% dos custos em relação ao exercício de 2011. O custo do pessoal cedido representa 9,08%, já com relação ao empregados que ocupam cargos comissionados, o custo é de 24,67% do total.

Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

Quadro 24 – Contratos de prestação de serviços de vigilância ostensiva

Unidade Contratante															
Nome: Companhia Nacional de Abastecimento															
UG/Gestão: 135115 – 22211							CNPJ: 26.461.699/0108-10								
Informações sobre os contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantidade de Trabalhadores	
					Início	Fim	F		M		S			P	C
							P	C	P	C	P	C			
2011	V	O	Fortaleza Segurança	07.434.673/0001-07	01/06/2011 01/06/2012	31/05/2012 31/05/2013	-	-	-	28	-	-	A	-	28
Observações:															
Legenda: Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada															

Demonstrativo de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

Perspectivas de aposentadorias e estratégia de recomposição de pessoal

Os empregados da Sureg/CE, bem como de toda a Companhia trabalham sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, portanto não tem idade compulsória para a aposentadoria. Contudo, a empresa desde 2005 vem sempre realizando concurso público para contratação de novos empregados de acordo com suas necessidades.

Indicadores gerenciais sobre recursos humanos**Quadro 25 – Indicadores gerenciais**

Nome do Indicador: Rotatividade ou Turnover total	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Monitorar indícios de problemas relacionados a: processo seletivo, sistema de remuneração e benefícios, clima organizacional, perda da cultura organizacional e de capital intelectual, mercado de trabalho aquecido.	-	-	-
Análise:			
Nome do Indicador: Percentual de realização de exames médicos periódicos	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional- PCMSO.	38,58	4,74	2,8
Análise:			
Nome do Indicador: Ocorrências de Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais em relação ao Quadro de Lotação Médio	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Monitorar os processos e atividades voltadas à prevenção dos riscos laborais inerentes às atividades	-	-	-
Análise:			
Nome do Indicador: Percentual de empregados com nível superior	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Identificar a evolução desse grupo no conjunto do corpo funcional da Companhia	9,06	9,09	9,2
Análise:			

11.6. Acúmulo de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Informações sobre as providências adotadas para identificar eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal (nas redações dadas pelas Emendas Constitucionais nºs 19/98 e 34/2001) relativamente aos seus empregados, assim como sobre as medidas adotadas nos casos identificados de acumulação, nos termos do art. 133 da Lei nº 8.112/93.

As contratações para ingresso de qualquer natureza no quadro de pessoal da Companhia é de competência da nossa Matriz que é detentora de instrumentos como o Regulamento de Pessoal e o Regimento Interno, que inibem toda e qualquer prática em desacordo com a legislação vigente.

O Setor de Recursos Humanos da Sureg/CE cumpre com rigor as orientações dos normativos. No caso de suspeita, as investigações são realizadas por meio do instrumento Processo Interno de Apuração - PIA

11.7. Previdência Complementar (Cibrius)

Análise operacional e orçamentária da entidade de previdência complementar patrocinada pela Conab, Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS

Todos os atos de gestão, controle e acompanhamento da entidade de previdência complementar patrocinada pela Conab, são realizados no âmbito da Matriz (UG 135100) e serão objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU-Brasília).

Identificação da Unidade (Entidade)

Quadro 26 – Instituto Conab de Seguridade Social –CIBRIUS

Nome	CIBRIUS
Razão Social	Instituto Conab de Seguridade Social –CIBRIUS Entidade Fechada de Previdência Privada, sem fins lucrativos, constituída pela Conab (Patrocinadora-Principal) em 08 de março de 1979, sob a forma de sociedade civil.
CNPJ	00.531.590/0001-89
Endereço	SCHGN 706/7 Bloco D nº 42 – Brasília-DF-70740-704 – www.cibrius.com.br
Plano de Benefícios	Plano de Benefício Definido–Registrado no CNPB sob o n.º 19.790.007-19

Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes

No exercício de 2012 as contribuições pagas por 124 empregados participantes lotados na Sureg/CE totalizaram em R\$ 921.898,35.

A arrecadação da Conab nacional foi de R\$ 15.179.741,18 referente a 1.539 participantes.

Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora CONAB

As contribuições pagas no exercício de 2012 relativas a participação da patrocinadora sobre a Folha de Pagamento, relativa aos 124 participantes empregados lotados na Sureg/CE, somaram R\$ 921.442,95.

A Conab nacional participou com R\$ 15.173.095,79 referente a 1.537 participantes.

Demonstrativo do valor pago de benefícios pelo CIBRIUS

Foram pagos pelo CIBRIUS aos participantes assistidos com domicílio no estado Ceará, a título de benefício, a importância de R\$ 1.656.196,24. O valor total pago no âmbito da federação foi de R\$ 22.824.464,73.

12. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL

12.1. Programas e Ações do PPA

Análise do cumprimento de metas físicas e financeiras dos programas e ações de responsabilidade da Conab no PPA

Quadro 27 – Ações orçamentárias da UJ

Programa / Órgão Resp	Objetivo	Iniciativa	Ação	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
					Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
2014 (MAPA)	0350	0113	2130 – Formação Estoques	Prod Adquirido(t)	-	-	50.000.000,00	21.217.930,47
		011F	2829 – Recup da Rede Própria	Unid Modernizada	4	8	92.153,26	14.373,20
		0119	2137 - Fiscalização dos estoques	Fisc realizada	80	153	50.000,00	30.280,66
	0623	02F5	4711 - Pesquisa de Safras	Pesq realizada	8	8	30.000,00	23.911,23
2105 (MAPA)	Não tem	Não tem	00H1 – Pagmt* de Pessoal Ativo	Não tem	Não tem	Não tem	7.400.000,00	7.385.980,85
			2000 - Administração da Unidade	Não tem	Não tem	Não tem	2.500.000,00	2.472.939,08
			2004 - Assistência Médica	Pessoa benef	920	914	1.260.000,00	1.251.152,31
			20CW - Exames Periódicos	Servidor benef	245	98	50.000,00	52.425,42
			2011 - Auxílio-Transporte	Servidor benef	215	237	60.000,00	57.824,40
			2012 - Auxílio-Alimentação	Servidor benef	250	249	1.500.000,00	1.493.751,54
			4572 - Capacitação de Servidores	Servidor benef	280	270	85.000,00	73.004,97
0901 (SMJ)	Não tem	Não tem	0022 - Cumprimento de Sentenças	Não tem	Não tem	Não tem	3.200.000,00	3.145.223,34
			00H2 - Pgto Depósitos Recursais	Não tem	Não tem	Não tem	926.500,00	926.419,96

Fonte: Diafi/Supor/Geare e Siafi

Produtos Adquiridos

Em 2012 a previsão as despesas com aquisição de produtos para formação de estoques foi de R\$ 50.000.000,00. A redução orçamentária somada à falta de chuva no estado com a consequente queda da produção agrícola contribuíram para o não cumprimento da meta que ficou cerca de 57% abaixo da previsão. Mesmo assim as despesas com aquisição realizadas foi de R\$ 21.217.930,47 que tomando como parâmetro, as despesas com aquisições ficaram superiores em 32% do ano anterior.

Recuperação de Armazéns próprios

As despesas visam manter a melhoria dos imóveis, seja as unidades armazenadoras, ou sede da Conab no estado e ainda à compra de equipamentos. Devido a falta de recurso orçamentários, a execução em sua totalidade ficou prejudicada.

Fiscalização de Estoques

A diferença é resultante do contingenciamento orçamentário, diminuição dos estoques em face da escassês de aquisição de novos produtos aliado à irregularidade do período chuvoso da região.

Pesquisa de Safra

Redução do tempo utilizado, bem como em razão do baixo índice de chuvas em todo o estado.

Sobre as despesas relacionadas à pessoal, a execução orçamentária é realizada pela Conab Matriz – UJ 135100, ficando a cargo da Sureg/CE somente recolher os encargos referentes a contribuições sociais, salário educação, seguros de acidente do trabalho e FGTS e outros.

Principais causas para grandes disparidades entre as metas planejadas e as executadas; comparativos com exercícios anteriores

Providências corretivas a serem tomadas para o próximo exercício

Ações orçamentárias de outros órgãos e executadas pela UJ através de Termos de Cooperação

Quadro 28 – Ações de outros órgãos, executadas pela UJ

Programa	Ação	Valor
2069 (MDS)	2792 - Distribuição de Alimentos	94.438,74
	2798 - Aquisição de Alimentos AF	4.152.208,25
	2802 - Oper Aquisição alimentos	47.385,77
Total		4.294.032,76

Fonte: Diafi/Supor/Geare e Siafi

A seguir breve análise das Ações:

Ações do MDS e do MDA

As ações 2792, 2798 e 2802 são ações orçamentárias do MDS e as ações 2B81 e 2B83 do MDA, porém executadas pela Conab através de Termos de Cooperação.

A execução destas ações está detalhada no item 3.2.5 - Programa Aquisição de Alimentos-PAA.

12.2. Restos a Pagar

Análise das inscrições em restos a pagar no exercício e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 29 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	163.488,96		156.945,65	6.543,31
2010	56.796,07			56.796,07
2009	167,78			167,78
2007	3.389,67			3.389,67
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	113.505,10	78.510,88	34.906,05	88,17
2010		3.294,86		-3.294,86

Fonte: Diafi/Sucon

Os valores demonstrados em Restos a Pagar referem-se, em sua maioria, a retenção para recolhimento de impostos sobre serviços (ISS) decorrentes de reformas em armazéns, vigilância e também saldos de fretes contratados para transporte de milho oriundas de outras unidades da Federação. As contas com os saldos remanescentes serão analisados para identificação das causas da permanência a seguir:

Restos a Pagar Processados

A quantia de R\$ 3.389,67 relativo ao ano de 2007 refere-se a retenção de valores decorrentes de serviços de reformas nos armazéns. Os valores serão analisados com vistas identificar a falta de liquidação.

O saldo de R\$ 167,78 relativo ao exercício de 2009 refere-se a valores retidos para recolhimento de iss sobre serviços prestados pela Bolsa Brasileira de Mercadorias e ressarcimento de despesas realizada nas nossas unidades armazenadoras.

A existência do saldo em 2010 no valor de R\$ 56.796, 07 refere-se a valores para pagamento de fretes de transporte de milho destinado a vendas em balcão e impostos sobre serviços. O valor remanescente de R\$ 6.543,31 refere-se a saldo de empenho para pagamento de frete de milho destinado a vendas em balcão.

Restos à Pagar Não Processados

O saldo de R\$ 88,17 refere-se a retenção de ISS para recolhimento de ISS sobre serviço de vigilância armada.

12.5. Demonstrações Contábeis**Demonstrações Contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo notas explicativas**

Ver anexo I – pág xx

12.7. Gestão do Patrimônio Imobiliário**Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de propriedade da Empresa ou locado de terceiros****Quadro 30 – Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**

Localização Geográfica	Quantidade de imóveis de propriedade da União de responsabilidade da UJ		Observação
	Exercício 2012	Exercício 2011	
Fortaleza	3	3	Autorizada a aquisição do prédio Sede da Sureg. Um armazém em Fortaleza foi doado à SPU, aguardando processo de baixa contábil. Um Prédio em processo doação à Prefeitura Municipal de Sobral e outro prédio foi desapropriado pelo Governo do Estado. Atualmente funciona no local a Universidade Vale do Acaraú. Aguardando decisão judicial da Ação de Desapropriação e os imóveis de Tianguá e Uruburetama estão destinados a venda (Conad-Ata da 202ª Reunião Ordinária, realizada em 24/02/2010).
Iguatu	1	1	
Senador Pompeu	1	1	
Russas	1	1	
Tauá	0	1	
Brejo Santo	2	2	
Icó	1	1	
Sobral	3	3	
Tianguá	1	1	
Maracanaú	1	1	
Juazeiro do Norte	1	1	
Uruburetama	1	1	
Crateús	2	2	
Ceará	18	19	

Fonte: Diafi/Supad

13. GOVERNANÇA E CONTROLES

13.1. Controle Interno da UJ

Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando os seguintes aspectos: a) Ambiente de controle; b) Avaliação de risco; c) Atividades de controle; d) Informação e Comunicação; e) Monitoramento.

Quadro 31 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.	X				
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.	X				
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.	X				
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	X				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.		X			
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.		X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.	X				
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		X			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		X			
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.		X			
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.		X			
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva,		X			

atual, precisa e acessível.					
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.	X				
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.	X				
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	X				
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	X				
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	X				
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

Fonte: Sureg/CE

13.2. Deliberações do TCU e CGU

Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

- Ofício 0146/2013-TCU/SECEX-CE, de 22/2/2013

Processo TC 005.018/2012-9

Referente aos itens **4.1.1.1, 6.1.2.1, 7.1.2.1, 7.1.2.2, 7.1.3.2, 7.2.2.1, 7.3.2.1** do Relatório CGU foram atendidos, conforme **Nota Técnica N° 201109405-2/2013/NAC-1/CGU-Regional/CE** encaminhado a esta Sureg/CE por meio do **Ofício N° 2771/2013/NAC-1/CGU-Regional/CE de 30 de janeiro de 2013.**

Quantos aos itens **7.1.3.1 e 7.3.2.2**, as resposta foram enviadas através do **OFÍCIO/CONAB/SUREG/CEARA N° 532, de 28 de março de 2013.** Entretanto ainda não obtivemos o posicionamento daquela Controladoria. **Figura 1**

Os demais itens serão atendidos no prazo determinado no Ofício em referência e contemplados no próximo Relatório de Gestão.

Figura 1 - Ofício 0146/2013-TCU/SECEX-CE, de 22/2/2013 - Processo TC 005.018/2012-9



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DO CEARÁ
Rua Barão de Aracati, 909 – 8º andar – Fortaleza/CE - 60115-080 Fone: (85) 3878-3800 – Fax: (85) 3878-3824/3822 – cguce@cgu.gov.br

Ofício nº 2771 /2013/ NAC-1/CGU-Regional/CE

Fortaleza, 30 de janeiro de 2013.

A Sua Senhoria a Senhora
FRANCISCO AGENOR PEREIRA
Superintendente Regional da CONAB/CE
Rua Antônio Pompeu, 555 – Bairro José Bonifácio
CEP: 60.040-001 - Fortaleza/CE

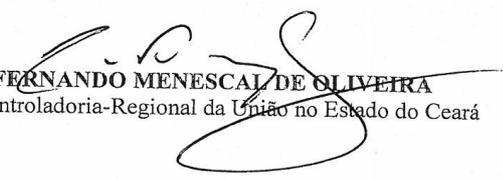
Assunto: **Encaminha Nota Técnica acerca da análise de justificativas referentes ao Relatório de Auditoria 201109405, de 12.12.2011.**

Senhor Superintendente,

Encaminho a Nota Técnica nº **201109405-2/2013/NAC-1/CGU-Regional/CE**, contendo posicionamento atualizado desta Controladoria acerca das Justificativas apresentadas por essa unidade, referentes ao Relatório de Auditoria nº 201109405, que trata da avaliação da gestão da entidade, relativa ao exercício fiscal de 2010.

2. Na oportunidade, coloco-me à disposição dessa Unidade para o esclarecimento de eventuais dúvidas quanto aos assuntos ora tratados.

Atenciosamente,


LUIZ FERNANDO MENESCAL DE OLIVEIRA
Chefe da Controladoria-Regional da União no Estado do Ceará

Dinheiro público é da sua conta


www.portaldatransparencia.gov.br

Resultados e Conclusões

Diante do contido no presente Relatório, pode-se concluir que a Superintendência Regional do Ceará, da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab atuou no exercício de 2012, em consonância com os objetivos traçados para o período, observando os princípios e as regras que disciplinam os atos de gestão da Administração Pública Federal, atingindo a finalidade propugnada para os programas de governo.

As principais dificuldades encontradas para o pleno alcance das metas fixadas para o exercício, como já explicitado, decorreram da escassez crônica de recursos humanos decorrente da perda de servidores e da reposição insuficiente, assim como dos limites orçamentários e para despesas com diárias e passagens impostos, decisões estas que não estão na alçada dos gestores da CGU. Ações junto aos órgãos competentes, para mitigar tais obstáculos são tomadas sistematicamente por esta Controladoria.

Fortaleza/CE, 31 de maio de 2013.

ANEXO I - Demonstrações Contábeis

- **Balanço Patrimonial (ativo, passivo)**
- **Demonstração do Resultado**
- **Demonstração do Valor Adicionado**
- **Demonstração dos Fluxos de Caixa**
- **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**
- **Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**
- **Composição Acionária do Capital Social**

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Quadro 32 - Balanço Patrimonial

ATIVO	2012	2011
CIRCULANTE	3.989.785.632,16	4.735.555.770,99
DISPONÍVEL	1.062.948,21	1.060.620,29
Aplicações Financeiras	1.062.948,21	1.060.620,29
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	1.257.680.697,73	1.049.032.903,78
CRÉDITOS A RECEBER	836.574.305,27	751.495.446,69
Devedores por Fornecimento	129.213.729,66	56.500.746,34
Créditos Tributários	254.355.142,72	241.839.835,13
Recursos a Receber	294.015.714,76	255.652.866,06
Créditos Diversos a Receber	158.989.718,13	197.501.999,16
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	415.358.599,17	292.645.279,10
Entidades Devedoras	14.332.120,28	9.357.615,19
Créditos Parcelados	300.036,20	333.691,76
Recursos da União	400.726.442,69	282.953.972,15
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	5.747.793,29	4.892.177,99
Adiantamentos a Pessoal	5.747.472,44	4.891.922,99
Adiantamento - Suprimento de Fundos	320,85	255,00
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	2.730.990.524,25	3.685.418.718,01
Estoques para Alienação	2.115.377.882,56	3.198.418.642,31
Estoques de Distribuição	238.923,69	833.496,89
Estoques Internos - Almoxarifado	2.131.162,27	2.361.623,43
Títulos e Valores em Circulação	726.894,10	297.510,99
Materiais em Trânsito	14.012.129,18	10.953.770,27
Compra Antecipada - Entrega Futura	598.503.532,45	472.553.674,12
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	51.461,97	43.528,91
Valores Pendentes	51.461,97	43.528,91
ATIVO NÃO CIRCULANTE	690.052.429,58	573.912.136,02
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	440.680.922,16	317.083.667,52
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	138.972.505,18	131.473.814,53
Recursos Vinculados	138.972.505,18	131.473.814,53
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	301.708.416,98	185.609.852,99
Devedores - Entidades e Agentes	859.260,58	18.009.747,77
Créditos Diversos a Receber	300.849.156,40	167.600.105,22
INVESTIMENTOS	78.259.470,34	80.222.308,20
Participações Societárias	27.803.290,88	27.803.290,88
Outros Investimentos	50.456.179,46	52.419.017,32
IMOBILIZADO	171.051.777,13	176.527.368,99
Bens Imóveis	291.652.350,92	283.851.400,50
Bens Móveis	81.451.507,83	78.406.481,55
Depreciações	(202.052.081,62)	(185.730.513,06)
INTANGÍVEL	60.259,95	78.791,31
TOTAL	4.679.838.061,74	5.309.467.907,01

PASSIVO	2012	2011
CIRCULANTE	4.273.054.852,68	4.952.025.232,72
DEPÓSITOS	51.147.069,88	117.196.011,03
CONSIGNAÇÕES	3.011.624,79	2.085.251,58
Pensão Alimentícia	0,00	7.857,41
Planos de Seguros	204.020,81	171.862,58
Empréstimos	434.452,25	318.626,29
Outros Tributos e Consignações	2.373.151,73	1.586.905,30
RECURSOS DA UNIÃO	20.586.329,15	17.168.338,92
Recursos Fiscais	8.101.192,65	3.992.906,67
Recursos Previdenciários	12.485.136,50	13.175.432,25
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	27.549.115,94	97.942.420,53
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	4.221.907.782,80	4.834.829.221,69

OBRIGAÇÕES A PAGAR	208.872.496,53	177.842.494,99
Fornecedores	86.641.055,71	141.725.112,72
Pessoal a Pagar	516.919,24	23.155,73
Encargos Sociais a Recolher	1.215.411,52	1.081.527,22
Obrigações Tributárias	35.080,16	5.514.065,85
Débitos Diversos a Pagar	103.952.529,90	22.014.777,50
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	16.511.500,00	7.483.855,97
PROVISÕES	234.073.968,59	242.630.604,68
Provisão para Férias	34.855.212,97	28.907.028,79
ICMS s/Mercadorias para Revenda	360.985,37	948.502,50
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	129.702.306,05	142.621.396,31
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Provisão p/IRPJ e CSLL	373.022,36	3.631.971,12
Provisão para o PIS/PASEP	33.268,41	0,00
Encargos Sociais sobre Provisões	13.029.501,44	10.802.033,97
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	848.230.145,43	617.049.103,45
Entidades Credoras	848.230.145,43	617.049.103,45
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.910.549.179,90	3.790.672.956,65
Operações Especiais	2.910.549.179,90	3.790.672.956,65
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	20.119.426,21	6.606.203,92
Adiantamentos de Clientes	20.119.426,21	6.606.203,92
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	38.207,12	3.899,48
OUTRAS OBRIGAÇÕES	24.359,02	23.958,52
PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	1.639.318,35	18.228.235,37
DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	69.420,00	69.420,00
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	1.569.898,35	18.158.815,37
OBRIGAÇÕES A PAGAR	1.569.898,35	18.158.815,37
Entidades de Previdência Complementar	609.143,54	17.628.171,34
Entidades Federais	960.754,81	530.644,03
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	405.143.890,71	339.214.438,92
Capital	302.801.001,74	223.180.498,85
RESERVAS	102.342.888,97	92.323.612,21
Reservas de Capital	0,00	26.544.719,04
Reservas de Lucros	102.342.888,97	65.778.893,17
LUCROS A DESTINAR	0,00	23.710.327,86
TOTAL	4.679.838.061,74	5.309.467.907,01

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Quadro 33 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

DESCRIÇÃO	2012	2011
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	69.894.883,89	35.142.943,63
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	(66.444.651,42)	(16.445.192,33)
Depreciações e Amortizações	16.340.099,92	16.748.494,11
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	(167.449.753,47)	(47.196.622,59)
Redução (Aumento) nos Créditos Tributários	(14.576.303,05)	49.251.717,85
Redução (Aumento) nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	(38.362.848,70)	(166.221.687,16)
Aumento nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	(122.151.749,90)	(173.023.690,24)
Aumento em Pessoal e Encargos	(193.659,85)	(320.418,61)
Redução nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00	0,00
Aumento nos Valores Pendentes a Curto Prazo	(7.933,06)	(19.450,94)
Redução nos Empréstimos - Estoques Públicos	74.304.417,01	65.743.977,21
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	27.780.469,10	108.441.168,54
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	(70.393.304,59)	86.253.330,61
Aumento nos Dividendos a Pagar	0,00	0,00
Aumento (Redução) nas Provisões	(8.929.658,45)	(4.405.658,85)
Aumento nas Entidades Credoras	231.181.041,98	67.826.769,11
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	13.513.222,29	(8.797.876,80)
Aumento nos Recursos Vinculados	(7.498.690,65)	(10.725.244,57)
Redução nas Operações de Crédito Externa	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.450.232,47	18.697.751,30
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Desincorporação de Outros Investimentos	1.962.837,86	40.532,10
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(10.845.976,70)	(13.174.796,93)
Compras de Imobilizado	0	0
Recebimentos por Vendas de Ativos Permanentes	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(8.883.138,84)	(13.134.264,83)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Transferência p/Aumento de Capital	0	0
Reserva Legal	0,00	0,00
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	(16.511.500,00)	(7.483.855,97)
Aumento de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	9.027.644,03	5.044.603,76
Outras Reservas de Capital	0,00	0,00
Resultado de Exercício Anterior	12.919.090,26	0,00
Lucros a Destinar do Exercício	0,00	0,00
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	0,00	(3.036.040,38)
Pagamentos de Empréstimos	0	0
Juros Pagos por Empréstimos	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	5.435.234,29	(5.475.292,59)
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	2.327,92	88.193,88
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	2.327,92	88.193,88
No Início do Exercício	1.060.620,29	972.426,41
No Final do Exercício	1.062.948,21	1.060.620,29

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Quadro 34 - Demonstração do Resultado do Exercício

DETALHAMENTO	2012	2011
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	1.161.925.365,90	1.512.002.937,51
RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS	1.143.777.023,65	1.485.458.349,46
Vendas Estoques Estratégicos	709.832.816,18	1.045.067.566,87
Vendas Estoques Reguladores-PGPM	433.908.271,75	438.978.418,25
Vendas Abastecimento Social	131,98	3.345,00
Vendas Atacado e Outros	55.487,57	371.148,25
Adição a Receita de Vendas	-19.683,83	1.037.871,09
RECEITA DE SERVIÇOS	18.148.342,25	26.544.588,05
Serviços de Armazenagem	18.101.716,25	26.544.588,05
Outros Serviços	46.626,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS	24.073.328,76	51.072.109,48
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	1.137.852.037,14	1.460.930.828,03
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	1.788.252.026,05	1.802.447.120,83
CMV - Estoques Estratégicos	1.183.327.565,45	1.319.306.324,76
CMV - Estoques Reguladores - PGPM	604.378.143,98	481.717.944,83
CMV - Atacado e Outros	546.316,62	1.422.851,24
ARREDONDAMENTOS	-9.920,43	32.070,11
EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	-696.840.007,96	-554.555.037,22
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	46.449.939,48	213.006.674,31
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	764.468.149,53	717.158.725,56
(-) DESPESAS DE PESSOAL	509.924.223,30	413.343.157,13
Vencimentos e Vantagens Fixas	332.652.424,04	276.891.485,50
Obrigações Patronais	126.840.878,84	103.612.351,72
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	28.349.997,41	16.245.384,43
Sentenças Judiciais e Depósitos Compulsórios	22.080.923,01	16.593.935,48
(-) DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	254.543.926,23	303.815.568,43
Despesas/Receitas Financeiras	346.700,78	118.982,68
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	28.586.805,52	28.990.855,03
Transferências ao Exterior	6.084.264,14	3.218.477,00
Material de Consumo	9.810.860,28	41.494.679,08
Diárias - Pessoal Civil	8.056.470,40	5.820.317,04
Passagens e Despesas com Locomoção	3.611.585,46	2.201.320,55
Serviços de Consultoria	16.050,00	1.200,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.652.212,98	2.375.404,13
Locação de Mão-de-Obra	19.417.652,25	18.151.435,12
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	96.070.236,48	95.088.211,61
Obrigações Tributárias e Contributivas	34.519.289,44	68.490.307,90
Aquisições de Bens para Revenda	0,00	39.508,41
Outras Despesas Operacionais	45.371.798,49	37.824.869,88
(+) RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	726.199.545,59	530.120.796,49
Transferências Financeiras	622.661.615,28	426.349.899,66
Multas e Encargos de Outras Origens	2.842.321,40	3.859.028,14
Indenizações e Restituições	89.216.674,18	91.201.398,09
Receitas Imobiliárias	5.472.456,95	5.265.428,31
Receitas de Valores Mobiliários	7.620,65	13.525,42
Receitas Diversas	5.998.857,13	3.431.516,87
(-) MOVIMENTAÇÃO INTERNA	0,00	-188.982,97
RESULTADO OPERACIONAL	8.181.335,54	26.157.728,21
OUTROS RESULTADOS	61.713.548,34	8.985.215,42
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS	62.382.929,49	8.441.523,58
Alienação de Bens Móveis	-528.318,27	-195.251,94
Alienação de Bens Imóveis	62.021.722,58	8.328.321,75
Depreciação - Reversão	889.525,18	308.453,77
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	669.381,15	-543.691,84

RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	69.894.883,88	35.142.943,63
Provisão para Imposto de Renda	270.890,59	2.651.679,50
Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro	102.131,77	980.291,62
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	69.521.861,52	31.510.972,51
LUCRO POR AÇÃO	37,38	16,94

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Quadro 35 - Demonstração do Valor Adicionado

DESCRIÇÃO	2012	%	2011	%
1. RECEITAS	1.223.638.914,24	175,98	1.520.987.917,36	244,72
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.161.925.365,90	167,11	1.512.002.701,94	243,27
1.2 - Outros Resultados	61.713.548,34	8,88	8.985.215,42	1,45
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	1.237.000.179,82	177,90	1.412.640.897,96	227,29
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	1.092.608.112,80	157,14	1.250.111.215,84	201,14
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	144.392.067,02	20,77	162.529.682,12	26,15
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	-13.361.265,58	-1,92	108.347.019,40	17,43
4. RETENÇÕES	17.608.598,02	2,53	17.050.037,05	2,74
4.1 - Depreciação	17.608.598,02	2,53	17.050.037,05	2,74
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	-30.969.863,60	-4,45	91.296.982,35	14,69
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSF	726.295.187,03	104,45	530.230.886,20	85,31
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	726.295.187,03	104,45	530.230.886,20	85,31
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	695.325.323,43	100,00	621.527.868,55	100,00
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	695.325.323,43	100,00	621.527.868,55	100,00
8.1 - Pessoal e Encargos	564.854.207,35	81,24	466.503.587,64	75,06
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	58.103.893,70	8,36	117.452.488,38	18,90
8.3 - Juros e Aluguéis	2.472.338,49	0,36	2.428.848,90	0,39
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	69.894.883,89	10,05	35.142.943,63	5,65
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	270.890,59	0,04	2.651.679,50	0,43
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	102.131,77	0,01	980.291,62	0,16
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	69.521.861,53	10,00	31.510.972,51	5,07
8.8 - Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	16.511.500,00	2,37	7.483.855,97	0,01
8.9 - Destinação para Reserva Legal	3.476.093,08	0,50	1.575.548,63	0,00
8.10 - Lucros Retidos	49.534.268,45	7,12	22.451.567,91	3,61

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Quadro 36 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DISCRIMINAÇÃO	RESERVAS DE CAPITAL				RESERVAS DE LUCROS			
	Capital realizado	Correção Monet do Capital	Transf p/ aumento de Capital	Outras reservas de Capital	Reserva legal	Rservas de Retenção do Lucro	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
SALDO EM 01/01/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	12.386.320,64	11.570.455,95	44.541.368,28	318.223.362,76
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						40.246.567,95	-40.246.567,95	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							-3.036.040,38	-3.036.040,38
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							31.510.972,51	0,00
LUCROS A DESTINAR DO EXERCÍCIO								22.451.567,91
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					1.575.548,63		-1.575.548,63	1.575.548,63
DIVIDENDOS PROPOSTOS							-7.483.855,97	0,00
SALDO EM 31/12/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	13.961.869,27	51.817.023,90	23.710.327,86	339.214.438,92
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	79.620.502,89							0,00
LUCROS A DESTINAR DO EXERC ANT							-23.710.327,86	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES								12.919.090,26
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							69.521.861,53	0,00
RES. DE CORREÇÃO MONET.DO CAPITAL		-25.373.084,13						0,00
RES. DE TRANSE/P/AUM.DE CAPITAL			-443.496,71					0,00
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL				-728.138,20				0,00
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						32.000.160,89	-49.534.268,45	49.534.268,45
CONSTITUIÇÃO DA RESERVA					4.563.834,91		-3.476.093,08	3.476.093,08
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO							-16.511.500,00	0,00
SALDO EM 31/12/2012	302.801.001,74	0,00	0,00	0,00	18.525.704,18	83.817.184,79	0,00	405.143.890,71

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Dirrtor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Composição Acionária do Capital Social

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 302.801.001,74 (trezentos e dois milhões, oitocentos e um mil, um real e setenta e quatro centavos), dividido em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

José Carlos de Andrade

Superintendência de Contabilidade
Superintendente
Contador CRC/DF 005969/0-5

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Sumário

Quadro 37 - Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	13	Endividamento
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	14	Depósitos de Diversas Origens
03	Alterações na Legislação Societária	15	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	16	Operações de Crédito
05	Créditos Tributários	17	Provisão para IRPJ e CSLL
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	18	Juros Sobre Capital Próprio
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	19	Resultado do Exercício
08	Devedores por Fornecimento	20	Patrimônio Líquido
09	Contas a Receber	21	Diversos Responsáveis em Apuração
10	Devedores – Entidades e Agentes	22	Benefícios Concedidos aos Empregados
11	Recursos Vinculados	23	Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados
12	Bens de Estoques	24	Termos de Cooperação Técnica

Nota 1 – Contexto Operacional

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “*contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas (Matriz e 25 Superintendências Regionais) e unidades operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores, destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e

privados.

Nota 2 – Elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, na Lei 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU nº 124/2012, a Matriz e as Superintendências Regionais nos Estados do Amapá, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Tocantins, apresentam Processos de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

Nota 3 – Alterações na Legislação Societária

As Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*International Accounting Standards Board (IASB)*”.

Nota 4 – Resumo das principais Práticas Contábeis

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

a) Equivalente de Caixa: Refere-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais.

b) Créditos a Receber: As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

c) *Estoques Públicos*: A formação e manutenção de Estoques Públicos são executadas através do orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

c.1) *Demais Estoques*: Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

c.2) *Valor Presente dos Estoques*: Em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os Estoques de Mercadorias para alienação, foram comparados pela tabela de Cálculo da Sobretaxa da Conab, da 2ª quinzena de dezembro de 2012, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente dos estoques públicos sob a guarda da Conab, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

d) *Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem*: Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica.

e) *Almoxarifado*: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

f) *Investimentos*: Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$8.047 mil, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

g) *Seguros*: A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

h) *Imobilizado*: Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa nº 162/98.

i) *Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”)*: No exercício de 2012, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial.

j) *Benefícios a Empregados*: O plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença.

k) *Ajustes de Exercícios Anteriores*: Os ajustes de exercícios anteriores, na forma definida na Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de

2012, totalizaram R\$12.920 mil, e foram provenientes das baixas de provisão para contingências, dos valores relativos a liquidações de sentenças trabalhistas, ocorridas nos exercícios de 2010 e 2011.

l) Reconhecimento da Receita:

l.1) Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

l.2) Diferimento de Receitas: O diferimento de receitas não realizadas, no montante de R\$17.957 mil, é decorrente dos registros de multas contratuais, em razão do elevado grau de insegurança do efetivo recebimento.

m) Provisões para Contingências: Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, o valor de R\$129.702 mil, relativo às Contingências Praticamente Certas; a respectiva provisão encontra-se amparada pela Lei n.º 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009 e em conformidade com a NPC/IBRACON n.º 22 e CPC n.º 23; no exercício de 2012, após análise do Relatório de Contingências, fornecido pela área Jurídica, entendeu-se não haver necessidade de complementar a respectiva Provisão, por ser ela suficiente para cobrir as possíveis liquidações de sentenças que ocorrerem.

n) Regime de Tributação: Para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

Nota 5 – Créditos Tributários

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Descrição	Exercício	
	2012	2011
ICMS a Compensar	254.178	241.699
IRRF a Compensar	56	36
Contribuições Outros Impostos	121	105
Total de Créditos Tributários Circulante	254.355	241.840

Em R\$ mil

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os

Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

Nota 6 – Limite de saque com vinculação de pagamento

O montante de R\$294.016 mil, refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2013, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e Termos de Cooperação Técnica.

Nota 7 – Recursos a Receber do Tesouro Nacional

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 7.2 – Encerramento do Exercício, subitem 7.2.1.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$221.547 mil, que contempla o saldo de Recursos a Receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em Restos a Pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R\$27.117 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados em 2012, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, custeio e aquisições de produtos da agricultura familiar, contratadas, a pagar no exercício seguinte;
- R\$28.342 mil: referem-se aos valores inscritos em recursos a receber em 2012, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);
- R\$155.892 mil: referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2013;
- R\$6.160 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar, fonte 0178, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, a pagar no exercício seguinte;
- R\$4.036 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar, fonte 0388, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, a pagar no exercício seguinte.

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.25.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”.

Nota 8 – Devedores por Fornecimento

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$129.214 mil, correspondente aos

direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias, prestação de serviços de armazenagem e produtos enviados para beneficiamento, cuja baixa é processada na ocasião do retorno deles.

Nota 9 – Contas a Receber

O total de R\$459.658 mil, representa a composição dos Créditos a Receber no Curto e Longo Prazo, compostos por créditos de Alienações de Bens Patrimoniais, créditos por Cessão de Pessoal, com ônus, a Órgãos Estaduais e Municipais, créditos por Acertos Financeiros com Empregados e Ex-Empregados, alusivos aos reembolsos de Serviços de Assistência à Saúde – SAS, débitos de armazenadores, relativos aos desvios e perdas de produtos pertencentes aos estoques públicos, Títulos a Receber a Longo Prazo, referentes a prestação de serviços em armazenagem, aluguéis e outros.

Os créditos a receber em cobrança na justiça e ajuizados, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos favoráveis dos processos à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA nº 038/2004 e estão assim demonstrados:

a) Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Créditos por Alienação de Bens	8.358	4.081
Créditos por Cessão de Pessoal	316	743
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores	14.827	12.497
Créditos por Infrações Legal/Contratual	135.489	180.181
Subtotal – Circulante	158.990	197.502

b) Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Créditos por Alienação de Bens	56.387	7.546
Títulos a Receber	15.298	30.188
Outros Créditos	975	635
Créditos a Receber em Poder da Justiça	46.310	129.051
Créditos a Receber Pend. de Decisão Judicial	158.006	0,00
Créditos por Infrações Legal/Contratual	23.692	180.181
Subtotal – Não Circulante	300.668	167.420
Total – (Circulante + Não Circulante)	459.658	364.922

Nota 10 – Devedores - Entidades e Agentes

Correspondem aos saldos de curto e longo prazo a receber, referente a Dotação Global, do contrato e Termo Aditivo nº 01, de 07/10/1994, firmado com o Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, que tratam das jóias pelas entradas dos empregados das empresas fusionadas COBAL e CFP, recursos a receber da União, relativos aos valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos, a serem repassados pelo Tesouro Nacional e outros, assim

demonstrados:

a) Devedores - Entidades e Agentes - Circulante

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Entidades Devedoras - Federais	14.332	9.358
Créditos Parcelados	300	334
Recursos da União - Equalização	400.726	282.954
Total – Circulante	415.358	292.646

Em R\$ mil

b) Devedores - Entidades e Agentes - Não Circulante

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Entidades Federais	609	17.628
Créditos Parcelados	188	307
Créditos a Recuperar	62	75
Total – Não Circulante	859	18.010

Em R\$ mil

Nota 11 – Recursos Vinculados

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, de causas trabalhistas e cíveis em andamento, registrados no Não Circulante, totalizando R\$138.972 mil.

Nota 12 – Bens de Estoques

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O total de R\$598.503 mil representa o saldo a receber dos valores concedidos nos exercícios de 2003 e 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2012; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420/06, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15-b à Lei nº 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Os estoques resultam nos seguintes saldos:

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Estoques de Mercadorias	2.115.378	3.198.419
Estoques de Almoxarifado	2.858	2.659
Materiais em Trânsito	14.012	10.954
Compra Antecipada - CPR	598.503	472.554
Estoques de Distribuição	239	833
Total	2.730.990	3.685.419

a) Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2012, as equalizações totalizaram R\$696.840 mil.

Nota 13 – Endividamento

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2012, as obrigações circulantes, totalizavam R\$4.273.055 mil.

Nota 14 – Depósitos de Diversas Origens

Estão representados pelo montante de R\$27.549 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções, relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e Outros.

Nota 15 – Contingências, Compromissos e Responsabilidades

Passivo Contingente – Provável

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

- *Trabalhistas*: Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporações de diárias, funções gratificadas e outros.
- *Tributárias*: Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.
- *Cíveis*: Com maior destaque para os processos de cobranças de indenizações de diferenças entre a inflação ocorrida no período e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras, durante os Planos Econômicos (Collor, Bresser e Verão), cobranças de armazenagens e outros.

As Contingências Passivas – Prováveis serão reconhecidas como provisão, após os desfechos desfavoráveis dos processos, que resultarem em obrigações a pagar, que certamente, irão desencadear em desembolsos financeiros pela Companhia, de acordo com os itens 10, 11, 18 e 28, do Pronunciamento do IBRACON NPC N° 22, aprovado pela Deliberação CMV n° 489, de 03/10/2005 e estão demonstradas conforme quadro a seguir:

Descrição	Em R\$ mil			
	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2012	2011	2012	2011
Cível	48.603	66.445	110.195	212.373
Trabalhista	326.408	348.328	323.877	350.788
Tributária	8.021	8.052	16.346	16.346
Total	383.032	422.825	450.418	579.507

Passivo Contingente – Possível

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidade de reconhecimento que as Provisões de Contingências Passivas – Prováveis. São compostas das seguintes ações:

- *Cíveis*: São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.
- *Trabalhistas*: São ações judiciais movidas por empregados e ex-empregados e entidades de classe, que na maioria é constituída por ações oriundas de anistia administrativa (Lei n.º 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingressos no Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, indenizações por danos morais e materiais, desvios de funções e outros.
- *Tributárias*: São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados por entes estaduais.

As ações estão assim demonstradas:

Descrição	Em R\$ mil			
	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2012	2011	2012	2011

Cível	12.130	118.234	15.481	131.747
Trabalhista	48.603	115.478	64.350	111.007
Tributária	75.186	108.621	21.821	108.892
Total	135.919	342.333	101.652	351.646

Ativo Contingente – Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais das seguintes naturezas:

- **Cível:** Visando indenizações e cobranças por quebra de garantias ou infrações contratuais.
- **Trabalhista:** Visando reembolsos de depósitos judiciais e recursais, com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.
- **Tributária:** Visando restituições de indébitos tributários (INSS/ICMS) com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Os ativos Contingentes prováveis serão reavaliados periodicamente, para determinar se a avaliação continua válida. Após nova reavaliação, se ocorrerem mudanças na estimativa, tornando-se uma entrada de recursos, praticamente certa, os ganhos serão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, conforme o item 27 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03/10/2005.

As ações estão assim demonstradas:

Descrição	Em R\$ mil			
	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2012	2011	2012	2011
Cível	124.475	66.446	96.237	210.756
Trabalhista	8.429	348.328	7.089	350.768
Tributária	8.052	8.052	18.346	18.346
Total	140.956	422.826	121.672	579.870

Nota 16 – Operações de Crédito

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2012, corresponde a R\$2.910.549 mil.

Nota 17 – Provisão para IRPJ e CSLL

As provisões relativas ao 4º trimestre do exercício findo em 31/12/2012, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevalecentes, no valor de R\$271 mil e R\$102 mil, respectivamente.

Nota 18 – Juros sobre Capital Próprio

Neste exercício, nos termos dos artigos 192 e 202 da Lei nº 6.404/76, do art.9º da Lei nº 9.249, de 26/12/1995 e em face da previsibilidade contida no art. 28 § 3º do Estatuto Social, a Conab está distribuindo a título de juros sobre o capital próprio, a importância de R\$16.512 mil,

imputados ao total dos dividendos devidos.

Nota 19 – Resultado do Exercício

O resultado da Companhia é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações executadas pela Companhia, representada com maior relevância a atividade de prestação de serviços de armazenagem de produtos de terceiros, alienação de bens moveis/imóveis, gestão e armazenagem dos estoques públicos, envolvendo a execução da Política de Preços Mínimos e Operações de Contratos de Opção de Vendas e outros. No exercício de 2012, a Companhia apurou o lucro de R\$69.895 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$69.522 mil.

Nota 20 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social: O Capital Social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

b) Reserva Legal: Com base no parecer nº 1.113/STN/COPAR/GEAFE, de 20/09/2011, foi efetuado o complemento da Reserva Legal apurada sobre o resultado do exercício de 2009, no valor de R\$1.088 mil. Sobre o lucro líquido auferido no exercício de 2012, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, foi constituída a Reserva Legal no valor de R\$3.476 mil.

c) Reserva de Retenção do Lucro: Em 31 de dezembro de 2012, foi constituída a reserva de retenção do lucro, no valor de R\$49.534 mil, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos.

Nota 21 – Diversos Responsáveis em Apuração

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para as contas Débitos de Terceiros em Prestação de Serviços e Responsáveis por Danos ou Perdas, onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques de milho e feijão em sua maioria nos estados de Mato Grosso e Paraná, e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás. No exercício de 2012, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições nas rubricas “1.9.9.1.3.04.00 – Débitos de Terceiros em Prest. de Serviços e “1.9.9.1.3.05.00 - Responsáveis por Danos ou Perdas”, o saldo do grupo aumentou para R\$61.637 mil.

Exercício	Em R\$ mil	
	Saldo	
2011	34.997	
2012	61.637	

Nota 22 – Benefícios concedidos aos Empregados

a) Plano de Previdência Complementar

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2012 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2012, foram amortizadas 225, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contratos de Serviços nos exercícios de 2011 e 2012, respectivamente, foi de R\$26.986 mil e R\$14.941 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

b) Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, Código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2011/2012, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2012, a Conab gastou com o SAS, o montante de R\$26.340 mil, beneficiando 4.452 empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2012, referente à participação financeira dos empregados é de R\$15.137 mil

Nota 23 – Remuneração e Salários médios dos Dirigentes e Empregados

De acordo com a Resolução Nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, nos exercícios de 2012 e 2011, as remunerações dos dirigentes e empregados, bem como os salários médios foram os seguintes:

Remunerações	Exercício	
	2012	2011
Maior Remuneração Dirigente	23.945,89	23.884,29
Menor Remuneração Dirigente	23.945,89	23.884,29
Maior Remuneração Empregado	27.220,73	25.170,39
Menor Remuneração Empregado	1.131,31	884,31

Salários Médios	Exercício	
	2012	2011
Dirigentes	23.945,89	23.884,29
Empregados	3.150,45	2.642,62

Nota 24 – Termos de Cooperação Técnica

a) Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: a) implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; b) modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); c)aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); d)estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica Social e Ambientalmente Sustentáveis; e e) promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2011 e 2012, foram executadas com recursos próprios da Conab, da Secretaria de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ e Coordenação Geral de Orçamento e Finanças/MAPA e os recursos repassados estão assim demonstrados:

Descrição	Exercícios	
	2012	2011
Repasso – Recursos Próprios	4.369	2.420

Em R\$ mil

Repasse – Recursos FUNCAFÉ/MAPA	1.243	798
Repasse – Coord.-Geral de Orç. Fin./MAPA	472	0
Total de Repasses	6.084	3.218

b) Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.180 municípios e 128.804 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 297 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos nº 6.447, de 07/05/2008 e nº 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$666.083 mil no ano de 2012.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2012.

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53